

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MATHEUS COSTA MIRANDA

“ÀS MARGENS” DA COLÔNIA: Problemas e Vulnerabilidades Indígenas no Maranhão
Colonial (1614-1750).

São Luís - MA
2024

MATHEUS COSTA MIRANDA

“ÀS MARGENS” DA COLÔNIA: Problemas e Vulnerabilidades Indígenas no Maranhão Colonial (1614-1750).

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de História da Universidade
Estadual do Maranhão para o grau de
licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Helidacy Maria
Muniz Corrêa.

São Luís- MA

2024

Miranda, Matheus Costa.

"ÀS MARGENS" DA COLÔNIA: Problemas e Vulnerabilidades Indígenas no Maranhão Colonial (1614-1750) / Matheus Costa Miranda. – São Luís, 2024.

64 f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Helidacy Maria Muniz Corrêa.

1. Problemas. 2. Vulnerabilidades. 3. Indígenas. 4. Narrativas. 5. Maranhão colonial. I. Título.

CDU 94(812.1).02(=1-82)

MATHEUS COSTA MIRANDA

**“ÀS MARGENS” DA COLÔNIA: Problemas e Vulnerabilidades Indígenas no
Maranhão Colonial (1614-1750).**

Monografia apresentada ao Curso de História
da Universidade Estadual do Maranhão para
obtenção do grau de licenciatura em História.

Aprovado em: 21 / 08 / 2024

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

HELIDACY MARIA MUNIZ CORREA

Data: 22/08/2024 11:40:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Helidacy Maria Muniz Corrêa (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA



Documento assinado digitalmente

LIANA RAYSSA MOTA AMORIM

Data: 22/08/2024 08:18:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ma. Liana Rayssa Mota Amorim (Membro externo)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ



Documento assinado digitalmente

ELISANGELA COELHO MORAIS

Data: 22/08/2024 11:33:40-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Elisângela Coelho Moraes (Membro interno)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

À minha querida avó Tereza (*in memoriam*),
ela que em todos os momentos acreditou em
mim e me ensinou a importância dos estudos e
o valor do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me guiar com fé, coragem e esperanças nos difíceis caminhos da vida acadêmica.

A minha orientadora, Dra. Helidacy Maria Muniz Corrêa pela paciência e confiança. Seus conhecimentos foram essenciais para a construção da pesquisa em torno do tema. Sou grato pela oportunidade que me destes a alguns anos e por confiar na minha capacidade de contribuir com uma de suas linhas de pesquisas. Gratidão eternamente!

Aos meus pais Ana Cléia e Ivanildo pela ajuda, apoio, incentivo e compreensão por toda minha vida. Lembro de todos os ensinamentos ao longo dos dias e de toda luta que tiveram para que eu pudesse seguir focado nos estudos.

Especialmente, a Tereza (*in memoriam*) minha querida avó, que me ensinou a persistir em meus objetivos e pelo constante apoio na busca pelo conhecimento que só a educação proporciona. Lembro-me do dia da aprovação no vestibular em que orgulhosamente ela falou: “Teremos mais um bom professor na família”! Saudades eternas a minha querida Vó Tereza!

A minha tia Iracilde Nobre pelo carinho e suporte ao longo dessa jornada. Seus conselhos foram fundamentais para que eu pudesse ter um crescimento acadêmico. Minha maior fonte de inspiração para lutar pela melhoria educacional.

Ao meu querido companheiro Carlos Natã pelo incentivo, compreensão e carinho sempre me ajudando na resolução dos problemas que pareciam sem solução e especialmente, por seguir ao meu lado com coragem na luta cotidiana por dias melhores.

As amigas, Deyziane Carvalho Pereira e Sarah Thayanny Moura Rêgo, pelo companheirismo nos momentos de alegrias e dificuldades, e por todas as vezes em que madrugamos estudando juntos e discutindo os textos. Vocês tornaram essa jornada muito significativa na minha vida.

“No dia em que não houver lugar para o índio no mundo, não haverá lugar para mais ninguém”

Ailton Krenak

RESUMO

A presente pesquisa aborda os problemas e vulnerabilidades em torno dos indígenas no Maranhão Colonial que provocaram mudanças no seu cotidiano da época. Tem por objetivo analisar as condições sociais dos nativos ao longo dos séculos XVII e XVIII, buscando caracterizar os desafios enfrentados. Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma abordagem metodológica de análise bibliográfica sobre os principais problemas em torno desses indivíduos e do contexto histórico e, ainda, uma análise documental em torno do Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania do Maranhão existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Os principais resultados, os quais são decorrentes das observações feitas durante a Iniciação Científica, mostram que a intensificação das relações com os europeus e as novas medidas adotadas no Estado resultaram em processos que desestruturaram o modo de vida dos nativos. Em conclusão, as novas dinâmicas relacionadas a administração, escravização, guerras e doutrinação religioso foram fatores fundamentais criadores dos problemas e vulnerabilidades em torno dos indígenas do Maranhão Colonial.

Palavras-chave: Problemas; Vulnerabilidades; Indígenas; Narrativas; Maranhão Colonial.

ABSTRACT

This research addresses the problems and vulnerabilities surrounding indigenous people in Maranhão Colonial that caused changes in their daily lives at the time. It aims to analyze the social conditions of natives throughout the 17th and 18th centuries, seeking to characterize the challenges they faced. To achieve this objective, a methodological approach of bibliographic analysis was adopted on the main problems surrounding these individuals and the historical context and, also, a documentary analysis around the Catalog of Loose Manuscript Documents referring to the Captaincy of Maranhão existing in the Historical Archive Overseas. The main results, which arise from observations made during the Scientific Initiation, show that the intensification of relations with Europeans and the new measures adopted in the State resulted in processes that disrupted the natives' way of life. In conclusion, the new dynamics related to administration, slavery, wars and religious indoctrination were fundamental factors that created the problems and vulnerabilities surrounding the indigenous people of Colonial Maranhão.

Keywords: Problems; Vulnerabilities; Indigenous; Narratives; Colonial Maranhão.

LISTA DE TABELA

TABELA 1 - As abordagens em torno dos indígenas entre os anos de 1614 e 1750 no Estado do Maranhão Colonial.....	52
--	----

LISTA DE SIGLAS

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

CIMI - Conselho Indigenista Missionário do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO SOBRE OS INDÍGENAS E O MARANHÃO COLONIAL.....	16
2.1	Os caminhos da História Indígena.....	16
2.2	O Maranhão Colonial e a pauperização em torno do território e dos nativos.....	22
3	UM GRANDE PROBLEMA: A administração indígena no Maranhão Colonial e suas consequências.....	29
3.1	Os resgates e descimentos como maneira de administração.....	31
3.2	O processo de escravização na capitania do Maranhão e os trâmites para as liberdades.....	36
4	AS VULNERABILIDADES NO COTIDIANO INDÍGENA.....	42
4.1	As guerras no cotidiano dos nativos.....	42
4.2	Os missionários e o doutrinação religioso.....	47
4.3	Uma análise dos problemas e vulnerabilidades indígenas presentes nas narrativas coloniais.....	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
	REFERÊNCIAS.....	61

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata dos problemas e vulnerabilidades sofridos pelos indígenas no Período Colonial no Maranhão a partir dos contatos com os agentes colonizadores. Desde o processo colonizador, os povos originários passaram por uma série de problemáticas que modificaram definitivamente seus modos de vida. Inseridos nessa nova dinâmica, foram submetidos a violências diversas a começar pela invasão dos seus próprios territórios e numa sequência sistemática vieram as reformulações administrativas; as imposições religiosas, educativas e culturais dos valores ocidentais, cerceando suas práticas espirituais e culturais que culminaram com o imenso sofrimento do genocídio à escravização.

É com base no quadro da época, que os povos nativos foram marginalizados, sofrendo todo tipo de depreciações que os inseriram em condições desfavoráveis. E foi a partir deste diagnóstico que surgiu o título do presente trabalho “Às margens” da Colônia, simbolizando a depreciação, exclusão e marginalização sofrida pelos indígenas durante o Período Colonial no Estado do Maranhão onde foram relegados e inferiorizados dentro das sociedades.

A partir desta questão, o termo “às margens” refere-se às situações desfavoráveis sofridas pelos indígenas, como as mudanças administrativas, a inserção do cativo e os conflitos territoriais. É nesse momento, que muitos foram excluídos das principais decisões sociais e tiveram que lidar com as medidas criadas pelo projeto europeu. Porém, o fato de estarem “à margem” não significa que estivessem fora do processo.

Mesmo submetidos a todos os tipos de problemas, não podemos deixar de mencionar que o nativo foi fundamental para o desenvolvimento da dominação do território e que sem eles a colonização não se efetivaria. Os indígenas, enquanto sujeitos ativos, também agiam e reagiam de acordo com seus interesses, causando grandes desafios para o colonizador, dificultando a expansão territorial e as imposições pretendidas pelos religiosos.

Percebe-se que muitos nativos participaram do processo de colonização por meio da criação de aliança com os portugueses, o que permitiu que pudessem expandir seus domínios. Em muitos momentos souberam utilizar as novas práticas para obter vantagens e conviver com as diversas dinâmicas (Almeida, 2010). Essas ações, demonstram que os povos originários protagonizaram diversos papéis na colônia, desde o de resistentes, mediadores e até de agentes.

Desta maneira, o termo “às margens” não exclui a participação efetiva desses povos e dos diversos papéis desempenhados por eles, mas busca ressaltar que mesmo com essa participação foram relegados à marginalização social por meio das condições desfavoráveis que modificaram completamente o seu cotidiano. Ressalta-se, ainda que, a criação dessa ideia

leva em consideração o contexto da época e a observação das vivências e medidas criadas pelos estrangeiros.

O interesse pela temática surge a partir da experiência na Iniciação Científica, no projeto Brasil Profundo: cartografia histórica da pobreza no Maranhão Colonial, coordenado pela prof.^a Dra. Helidacy Maria Muniz Corrêa, cujo Plano de Trabalho “Pobreza e Indígenas nos discursos coloniais (1612 - 1750)” possibilitou a investigação referente a pobreza vivenciada pelos indígenas. A pesquisa objetivou entender o desenrolar dos contatos com os europeus, visto que a partir deles surgiram uma diversidade de problemas que afetam até os dias atuais as tradições indígenas.

Para a realização do estudo, consideramos relevante analisar o embate que ocorreu entre esses dois grupos sociais, evidenciando os mecanismos utilizados por cada um no período, e compreender melhor sobre a ideia de superioridade europeia e como impactou na vida dos nativos. Nesse sentido, será possível compreender as dinâmicas de poder, exploração e administração, práticas que possuíam grande dependência do trabalho indígena.

O resultado da investigação aqui apresentada reporta-se ao período de 1614 a 1750, e o recorte espacial focado na capitania do Maranhão tem dois motivos: primeiro, por existir poucos estudos voltados para a condição social dos indígenas nessa região e período, contribuindo para a ampliação do conhecimento local; segundo, devido a pobreza no Maranhão colonial, o que torna bastante interessante analisar como estavam as condições sociais dos povos tradicionais dentro do Estado. O recorte temporal da pesquisa para os séculos XVII e parte do XVIII por ser o período onde as relações dos europeus com os nativos se intensificaram e ocorreram profundas mudanças na vida daquelas pessoas. Estudar esse tema é uma tentativa de buscar as raízes dos problemas que atualmente os indígenas enfrentam na sociedade.

Desse modo, a finalidade desta pesquisa é analisar quais eram os problemas a que os povos nativos estavam submetidos a partir dos contatos com os europeus, entendendo como essas questões modificaram o seu cotidiano. Assim, o problema central da pesquisa gira em torno de analisar as condições sociais dos indígenas no Maranhão ao longo do século XVII e XVIII, traçando uma caracterização dos problemas e vulnerabilidades enfrentados por esses indivíduos da época.

Do ponto de vista metodológico, foi necessário compulsar as vulnerabilidades sofridas, bem como as relações de contato com os colonizadores, estudar o que a historiografia retratou dessa questão e as percepções sobre o Estado do Maranhão. Nesse sentido, o percurso metodológico deste estudo esteve focado na utilização de fontes

bibliográficas e documentais que dizem respeito às condições sociais dos indígenas no período, ao mesmo tempo que descrevem a organização do Estado do Maranhão.

Essa primeira parte do estudo ficou concentrada na busca e levantamento bibliográfico sobre a temática, as obras que foram estudadas estavam voltadas para os assuntos sobre os povos originários e sobre o território do Maranhão Colonial. Posteriormente, organizamos as principais ideias trabalhadas pelos autores em busca de fazer uma sistematização dos diferentes discursos, os quais serviriam como base para a análise criadas ao longo da pesquisa. Com esse levantamento realizado, avançamos para a segunda fase do percurso metodológico voltada para a verificação documental.

Na parte documental, durante a Iniciação Científica, foi feito um levantamento nas ementas presentes no Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania do Maranhão existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, ao longo dos anos de 1614 e 1750, em busca de pistas sobre as condições sociais dos indígenas. Essas ementas apresentam uma variedade de assuntos em relação aos nativos, destacando seus problemas na convivência e as leis para lidar com aqueles indivíduos. Nesse sentido, o levantamento realizado anteriormente na Iniciação científica foi ampliado na Monografia com as informações coletadas apresentadas em tabela.

Os resultados da pesquisa aqui apresentados estão sistematizados em três capítulos focados na explicação sobre os diferentes problemas que afetaram os indígenas naquele cotidiano colonial, seguidos de comentários em torno do assunto.

Assim, o primeiro capítulo apresenta a percepção historiográfica em torno das histórias dos povos originários e os caminhos percorridos dentro da construção e participação desses indivíduos no Brasil. Para tanto, estabelecemos um diálogo com importantes autores que discutem as visões criadas na historiografia e no Período Colonial pelos cronistas em seu contato com os indígenas. Existe ainda, nesse primeiro momento uma outra discussão sobre a percepção de pauperização do Maranhão Colonial, relatada pelos moradores e justificada de diversas maneiras e a ligação dos nativos a essa condição dentro do Estado. Dessa forma, observamos essa visão de pobreza, tendo como ponto de partida os estudos e apontamentos previamente desenvolvidos sobre a temática.

O segundo capítulo trata do processo de administração relativa aos indígenas que ocorreu no Maranhão Colonial promovido pela Coroa portuguesa. Neste momento, são explicadas as medidas tomadas para modificar a forma como os nativos se organizavam e os problemas em torno dessa questão. O processo administrativo é visto de forma complexa, pois foi por meio dele que as relações entre colonizadores, missionários e indígenas estiveram

cercadas de obstáculos, desencadeando consequências significativas. Ademais, discutimos as ramificações desse processo resultante da escravização indígena e, posteriormente, na libertação dessa condição.

O terceiro e último capítulo apresenta as vulnerabilidades presentes no cotidiano indígena dentro da Capitania. Nesse sentido, argumentamos sobre as guerras e o doutrinamento religiosos que modificaram a rotina dos povos tradicionais. Por meio dessas duas práticas, ocorreram uma série de mudanças culturais e religiosas em torno dos indígenas. Dessa forma, são analisadas as motivações, os processos e as justificativas para as guerras e as práticas religiosas, proporcionando uma compreensão mais profunda sobre a relação missionários/indígenas.

Por fim, ainda neste capítulo, como encerramento de todas essas discussões, apresentamos um levantamento realizado sobre as ementas das documentações que tramitaram neste período envolvendo os povos indígenas, servindo de confirmação para os problemas e vulnerabilidades vivenciados naquela época. Dessa forma, são apresentados os números referentes a quantidade de documentos enviados e recebidos na Capitania do Maranhão e como esses temas foram abordados.

2. UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO SOBRE OS INDÍGENAS E O MARANHÃO COLONIAL

A historiografia ao longo do tempo modificou as suas visões em torno das ações dos povos originários do Brasil. Inicialmente, eles foram analisados como povos primitivos e sem civilidade, mas com os novos estudos sobre o tema analisou-se a ativa participação desses indivíduos no processo colonizador. De mesmo modo, a historiografia por muito tempo retratou o Estado do Maranhão como uma região pobre que passava por várias dificuldades e que somente após as medidas tomadas pelo Marquês de Pombal conseguiu sair dessa situação, assim, antes passava por uma miséria extrema. De fato, houve uma pauperização nesse Estado, que naquela época foi justificada por uma economia de subsistência e alguns outros problemas. Contudo, a partir de novas análises é possível destacar que algumas dessas justificativas podem ser repensadas.

É com base nessas questões que se realizará uma discussão historiográfica inicial sobre todos esses processos envolvendo a história indígena e o Maranhão Colonial, em busca de destacar os olhares criados em torno dessas temáticas. Esta discussão, será feita com o intuito de contextualizar a situação da região abordada, permitindo o conhecimento sobre a percepção da pauperização do Maranhão. Além de promover o reconhecimento da trajetória enfrentada pelos nativos para o reconhecimento da sua resistência e construções ao longo do tempo.

2.1 Os caminhos da História Indígena

Os povos indígenas foram apresentados por muito tempo dentro da historiografia como agentes secundários, que desempenhavam papéis em função de interesses de outros no Período Colonial. A perpetuação dessa visão foi estudada e reafirmada em várias obras que retratam o início da História do Brasil, nomes como o de Francisco Adolfo de Varnhagen mostram a presença dos povos originários apenas na infância da civilização, além de ressaltar que eles eram selvagens e sem direito às terras brasileiras.

A população indígena anterior à conquista era diminuta e nunca foi, de fato, a legítima dona das terras do Brasil. Em vez de habitar o território, cultivando-o por meio da agricultura, os índios apenas o percorriam como nômades. E, na qualidade de nômades, não tinham direito sobre a terra (Varnhagen, 2005 *apud* Moreira, 2010. p.61)

Muitos historiadores seguiram a mesma lógica de Varnhagen ao discutir sobre a presença dos nativos no Brasil. Para esses, os povos tradicionais pareciam estar na Colônia a serviços dos europeus, sendo úteis, inúteis, aliados ou inimigos de acordo com o propósito dos

colonos (Almeida, 2010, p.9). Essa primeira historiografia ainda tratava do desaparecimento dos nativos na história, os pensamentos antropológicos voltavam-se para eles como pessoas passivas, aculturadas, sem identidade que perderam sua etnicidade e foram apagados da história.

Nesse momento, a cultura dos nativos não era estudada profundamente, por isso, a cultura europeia se sobressaía. A própria figura dos colonizadores era mais importante e supervalorizada.

Heróis ou vilões, os poderosos portugueses teriam sido capazes de dominar milhares de povos guerreiros, catequizá-los e discipliná-los, fazendo-os trabalhar e defender a terra como fiéis e submissos servidores do rei. Com leis que oscilavam entre o apoio a práticas de violência e de proteção aos índios, os portugueses e, posteriormente, os brasileiros teriam conseguido vencer, civilizar e/ou manipular inúmeros povos em proveito próprio, submetendo-os completamente, até fazê-los desaparecer sem deixar vestígios (Almeida, 2017, p.19)

Inserido nessa lógica, Monteiro (1995) desenvolveu uma perspectiva a qual denomina “tese da extinção”. De acordo com o autor, a partir do século XIX ocorreu uma ideia de que, “mais cedo ou mais tarde, aconteceria o desaparecimento total dos povos originais, ponto sustentado pelas correntes do pensamento social brasileiro e reforçada pelas teorias antropológicas” (p.222). Observa-se, a partir disso, que a resistência dos povos indígenas era ignorada por essas teorias, que em vez de reconhecer a dinâmica complexa enfrentada por esses indivíduos, reforçavam os estereótipos simplistas e contribuíram para a assimilação forçada e perda da identidade cultural.

Essa visão negativa em torno dos nativos se deu muito por conta das visões que foram criadas pelos europeus no Período Colonial e repassada em seus escritos. Os novos moradores da terra, criaram diversas imagens em torno desses povos, reproduzindo discursos, como selvagens, bárbaros, sem civilização e, necessitando da administração europeia para mudar essa situação. Por isso, tais ideias foram depois reproduzidas pela historiografia, consolidando uma mentalidade a respeito dos indígenas do Brasil.

Nesse contexto, a imagem criada em torno dos povos originários encontra-se dividida em dois momentos. A primeira deu-se a partir da chegada dos europeus, quando os cronistas desse período faziam representações agradáveis e respeitosas sobre os nativos.

O primeiro documento nesse sentido é a própria carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel I, retratando os habitantes da terra como de boas feições, robustos, limpos e bem cuidados, gente inocente e confiante que logo entabulou relações de colaboração e de troca com os portugueses. O escrivão não os associa aos “infieis” (mouros) nem aos judeus (circuncidados, isto é, “fanados”), mas à inocência de Adão no Paraíso e observa que uma vez que houvesse uma melhor compreensão, logo seriam cristãos (Oliveira, 2014, p.195).

Se, inicialmente, esses nativos foram bem vistos na Europa, de acordo com as descrições feitas por Caminha, logo essa questão se modificou. Assim, o segundo momento começa com a chegada e observação de outros cronistas que apresentam em seus relatos a desvalorização desses indivíduos. Os cronistas europeus frequentemente destacavam a nudez dos indígenas como um ponto de desconforto, utilizando esse aspecto para menosprezar os hábitos e culturas nativas em seus escritos. Além disso, a visão distorcida dos europeus sobre os povos tradicionais incluía a prática da antropofagia, mencionada em documentos que retratavam de forma errônea os nativos como selvagens e bárbaros.

Discutia-se ainda, a ideia de que os indígenas eram pouco ambiciosos e não possuíam riquezas. Contudo, o que os europeus não entenderam era que os nativos tinham seus próprios desejos materiais, que impulsionaram o comércio daquele momento. Segundo Carneiro da Cunha (2012, p.34), com base nos relatos de Jean de Léry¹, os Tupinambás simplesmente não acumulavam, não transmitiam a herança, mas compartilhavam entre si. Isso demonstra que as formas de estruturação social e comercial daqueles povos eram outras, que não passavam por esse apego aos bens e valores como os europeus.

Entende-se que com o desenrolar dos contatos entre europeus e nativos, os problemas das diferenças culturais foram se acentuando, sendo essas populações cada vez cercadas de visões depreciativas pelos brancos. Os relatos missionários deixam bastante evidente essa questão, como a satanização das religiões, o horror à antropofagia e ao espírito guerreiro dos indígenas, que transparecem muito fortemente em ilustrações das crônicas publicadas por esses religiosos (Oliveira, 2014, p.197).

É importante destacar que essas visões foram criadas negativamente, devido os indígenas terem hábitos diferentes dos que os estrangeiros estavam acostumados. Na realidade, essa percepção, ainda bastante conhecida atualmente, é fruto do chamado eurocentrismo, onde os novos moradores colocaram os seus padrões culturais como superiores aos daqueles povos. Em relação a visão, em muitas crônicas os missionários destacaram os fatores e costumes que diferenciavam as duas culturas. Porém, é notório que o choque cultural entre esses dois povos fez com que os nativos mudassem seus hábitos.

É com base nessa perspectiva sobre as mudanças de uma cultura dita “superior” que se criaram os paradigmas em torno dos indígenas, no Período Colonial sobretudo, a partir das percepções historiográficas mencionadas anteriormente. Tais visões, surtiram efeitos na concepção da população brasileira, proporcionando “uma visão negativa dos povos indígenas,

¹ LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil [1578, escrito c. 1563]. São Paulo: Martins/Edusp, 1972.

que disseminou entre os não-indígenas o preconceito e a discriminação em relação às suas práticas, com ondas de intolerância e violência gratuitas” (Silva; Bicalho, 2018, p.247).

Ainda, essas concepções, presentes no imaginário brasileiro sobre os nativos, por muito tempo influenciaram a história ensinada nas escolas. Nesse sentido, essa concepção surge a partir das análises de Carneiro da Cunha (1992) e reafirmadas por Almeida (2017) em seus estudos, sobre a dupla violência sofrida pelos indígenas.

Pois além de terem enfrentado as trágicas consequências dos processos históricos vivenciados, sofreram e ainda sofrem os efeitos da história disciplina, na qual figuram em papéis secundários e depreciativos, entre as posições de vítimas passivas, bons selvagens ou bárbaros sanguinários (Carneiro da Cunha, 1992 *apud* Almeida, 2017, p.20).

Nesse contexto, a maioria dos livros didáticos de história deram pouco destaque e muitos ajudaram na perpetuação de estigmas relacionados aos povos originários apresentando uma imagem ligada a papéis de coadjuvantes no processo colonizador. Nos capítulos em que eram apresentados, estavam frequentemente ligados a características negativas, como a passividade e a dominação portuguesa, o que minimizava sua participação na construção do Brasil.

Além disso, muitos livros didáticos apresentavam as visões criadas em torno dos nativos durante o século XIX. Nesse momento, apresenta-se o nativo do Indianismo² com suas características ligadas a construção da exaltação do homem “primitivo” e idealizado como herói nacional, civilizado e cristão. Autores como José de Alencar e Gonçalves Dias retrataram em seus escritos os costumes e as lutas dos povos indígenas de forma idealizada e heróica, chegando a influenciar pesquisas históricas, como no caso de Capistrano de Abreu (Bicalho, 2010). Dessa forma, muitos livros apresentavam essa imagem, tanto nas disciplinas de Literatura quanto na de História, ligando a trajetória desse povo ao heroísmo e promoção de uma identidade nacional.

Observa-se que a primeira historiografia, que se inicia no período colonial e se estende até o final do século XIX, reproduziu essas visões negativas, resumindo as relações indígenas na dominação e submissão. Contudo, a partir do século XX, as discussões em torno dos nativos do Brasil ressurgiram com uma visão totalmente reformulada da anterior, principalmente a partir de 1930. Nesse contexto, esses indivíduos passaram a ser percebidos como sujeitos que agiam dentro do mundo colonial e que contribuíram e resistiram à conquista do território.

² Termo que surgiu durante o Romantismo brasileiro e se referia a uma idealização do indígena.

Dois aspectos podem ser levados em consideração para essa retomada: a aproximação entre História e Antropologia e o surgimento de novos movimentos sociais. Segundo Almeida (2010), nas últimas décadas do Século XX ocorreu uma aproximação entre os historiadores e antropólogos.

Nessa aproximação, os antropólogos passam a interessar-se pelos processos de mudança social, percebendo que seus objetos de estudo não são imutáveis e estáticos, e os historiadores passam a valorizar comportamentos, crenças e cotidianos dos homens comuns, tradicionalmente considerados irrelevantes, bem como a interessar-se por estudos de povos não ocidentais que tiveram importância fundamental em nossa história, tais como os índios e os negros (Almeida, 2010, p.20).

Nessa perspectiva, os movimentos sociais que ocorreram a partir da década de 1970, como o movimento de luta pela demarcação de terras e o movimento pelos direitos na Constituição, contribuíram para que novos atores sociais surgissem no cenário político brasileiro. Dessa forma, as mobilizações indígenas tiveram grandes efeitos com o final da Ditadura Militar e durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 no Brasil, representando um maior “avanço formal na relação do Estado com os povos indígenas, principalmente no que se refere ao reconhecimento do direito e da proteção à diferença e do caráter originário dos direitos territoriais” (Cavalcante, 2019, p.13).

Além desses movimentos indígenas, na mesma época surgiram estudos com o intuito de repensar a história dos povos que foram subalternizados ao longo do período colonial. Nesse sentido, essas análises buscavam fazer uma crítica ao eurocentrismo desconstruindo a ideia do mundo colonizador concentrado na figura do europeu. Assim, essa concepção chegou à América Latina cercada por uma aversão ao uso de epistemologias criadas pelos europeus para problematizar as questões subalternas (Silva; Bicalho, 2018).

Desde então, a mudança na perspectiva historiográfica apresenta os nativos como os protagonistas de sua história, que lutaram e resistiram em vários processos de dominação portuguesa. Vários antropólogos e historiadores passaram a discordar das visões de Francisco Adolfo de Varnhagen, mostrando que os povos originários estavam presentes além do começo da história brasileira.

Os grandes movimentos indígenas da atualidade buscam cada vez mais refutar as visões em torno da ideia de aculturação, mostrando que falar português, participar das políticas e lutar pelo seu direito não significa deixar de ser indígena, pelo contrário mostra participação na sociedade dos brancos em busca de sobreviver e defender seus direitos sociais (Almeida, 2010).

Com relação a esses movimentos, destaca-se ainda que:

são novas não apenas em termos de sua formação recente, mas antes em função de suas características políticas, refletindo o movimento mais geral da organização da sociedade civil, porém representando igualmente uma ruptura especialmente forte com um longo passado de dependência no Estado, que remonta aos primórdios da colonização portuguesa na América. Através da busca de aliados supra-comunitários, de caráter nacional ou mesmo internacional, as organizações indigenistas têm contribuído para uma reformulação fundamental do modo de se pensar o futuro das sociedades indígenas no Brasil (Monteiro, 1995, p.223).

Por isso, as recentes pesquisas historiográficas explicam que a maioria dos povos tradicionais, nos contatos com os colonizadores, tinham interesses próprios para formar alianças com eles. Além do mais, muitos resistiram ao processo colonizador com disputas territoriais ou contra a escravização. Em vez de perderem sua identidade e cultura, eles as reelaboraram. Essas novas interpretações, nos permitem observar os povos tradicionais como sujeitos ativos, desmistificando estereótipos que até atualmente são levados em consideração quando se fala desse período.

Nesse sentido, os estudos recentes trouxeram novos olhares sobre aquelas perspectivas anteriores em torno dos nativos. A partir disso, discute-se muito uma nova compreensão em torno da cultura, compreendendo o seu dinamismo e flexão nos contatos entre europeus e indígenas. Também, o conceito de aculturação foi retomado, anteriormente ligado a perda de identidade passou a ser visto como um processo onde todos se transformam e que, ao invés de desaparecer, cresceram e tornaram-se cada vez mais presente no cenário da história brasileira e nos seus variados setores (Almeida, 2010).

O principal agente responsável por esses estudos, é o próprio indígena, que cada vez mais ganha espaço para discutir sobre a trajetória do seu povo dentro do Período Colonial. Atualmente, muitos nativos começaram a realizar estudos sobre aquela época, incluindo suas visões, o contato e a conquista no território brasileiro, o que abre espaço para que os paradigmas criados sobre esses indivíduos sejam quebrados, além de possibilitar a criação da história por meio do próprio povo depreciado por muito tempo. Essas novas análises passaram a contar com um processo de pesquisas baseadas não apenas no interesse acadêmico, mas também como forma de fornecer apoio às lutas desses povos originários (Monteiro, 1995).

Os livros didáticos atuais, passaram a fornecer mais informações sobre os povos originários, a partir dessa ressignificação historiográfica. Nesse sentido, a educação brasileira passou por mudanças em sua estrutura curricular com a lei 11.645/08 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo das instituições de Ensino Fundamental e Médio. Por meio desse avanço, boa parte dos conteúdos presentes nos livros didáticos apresentam uma nova imagem do nativo, discutindo suas práticas culturais e

participações dentro do mundo colonial, utilizando até os próprios relatos e estudos criados por eles.

Ao longo dos anos, as pesquisas acadêmicas que exploraram a temática indígena têm crescido constantemente, observando suas particularidades e questões como a resistência, os conflitos, o processo de guerras, os costumes e até mesmo a divisão social são bastantes ressaltadas nas monografias, teses e dissertações acadêmicas. Segundo Almeida (2010, p.20-21) “esses novos trabalhos realizados em diferentes regiões do país fundamentam novas interpretações sobre a trajetória desses indivíduos”. Entretanto, para a autora não se trata apenas de repensar a trajetória desses povos na sociedade, como as pesquisas estão fazendo, mas sim buscar uma forma de se repensar a própria trajetória do Brasil.

Atualmente, a maioria dos Programas de Pós-Graduação em História das Universidades brasileiras possuem pesquisas voltadas para o estudo dessa temática. No Maranhão, o número de monografias em torno desses indivíduos começou a ser recorrente dentro das Universidades Estadual e Federal do Maranhão, proporcionando um desenvolvimento sobre as tradições e trajetórias nativas. De fato, existe um aumento no índice de produções sobre a população indígena, porém ainda é baixo os números de pesquisas sobre a presença no Estado do Maranhão Colonial.

Além disso, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA) e o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST-UEMA) apresentaram/apresentam grandes estudos envolvendo os povos tradicionais em temáticas desde o período colonial até o contemporâneo. Desse modo, trabalhos como o de Rabelo (2019); Vale (2019); Seabra (2020); França (2018); Sbrana (2017); Sousa (2019) fazem partes das teses e dissertações desenvolvidas nos Programas de Pós-graduação das universidades citadas anteriormente³.

Observa-se, que com esses avanços historiográficos é possível criar uma nova bibliografia sobre a trajetória dos povos originários, buscando abandonar aquela visão depreciativa. Todavia, esse povo ainda segue na luta por seus direitos e espaço na sociedade contemporânea. É fundamental não apenas revisar suas histórias sob uma nova ótica, mas também valorizar as contínuas contribuições e sua espetacular resistência diante dos desafios atuais.

2.2 O Maranhão Colonial e a pauperização em torno do território e dos nativos

³ Todas as teses e dissertações mencionadas estão presentes nos repositórios das universidades referentes, (UEMA) e (UFMA), e foram selecionadas a partir dos anos mais recentes de apresentações.

A pauperização do Maranhão foi por muito tempo justificada por vários fatores, os quais inseriram a região numa lógica de pobreza desde os primeiros momentos. O processo de colonização do Maranhão pode ser dividido em duas fases: a primeira cercada por problemas relacionados à pobreza e a segunda marcada pelo desenvolvimento, conforme ressaltou Faria (2003, p.10)

O ritmo da colonização do Maranhão foi intensificado em meados do século XVII, no governo de D. José I, quando o Marquês de Pombal, Primeiro Ministro português, visando dinamizar a economia portuguesa, incentivou a produção agrícola da Colônia e o comércio da Metrópole. Entre as inúmeras medidas tomadas destacou-se a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão considerada pela historiografia nacional e regional como um marco da colonização maranhense que aí encerraria a sua primeira fase e iniciaria a segunda que se estenderia até a Independência. Enquanto a segunda fase é vista como o começo do desenvolvimento do Maranhão, proporcionado pela implantação de um sistema agroexportador, a primeira fase é retratada como de grande pobreza.

A partir dessa questão, em muitos relatos da época, os autores buscavam destacar a pobreza vivenciada, detalhando os problemas enfrentados e as condições das moradias. Nesse contexto, Faria (2003, p.9) em seus estudos analisou dois discursos da época que retratam esse aspecto: primeiro, o de Manuel Guedes Aranha, que apresenta o Maranhão como um lugar pequeno e pobre, com poucos habitantes vivendo em casas rústicas feitas de madeira e cobertas com folhas de palmeiras; segundo, o do próprio governador do Maranhão entre os anos de 1718 e 1722, Bernardo Pereira de Berredo, descrevendo a ocupação dos colonos somente na Ilha de São Luís e nas vilas de Santo Antônio de Alcântara e Santa Maria do Icatu.

Muitos oficiais e autoridades locais enviaram cartas ao Rei sobre a pobreza no Estado⁴. A própria Câmara da cidade de São Luís solicitava constantemente o auxílio da coroa para tentar reverter a situação na Capitania, em algumas documentações os oficiais destacaram a grande miséria que ficou no local após a morte de vários escravizados indígenas, ressaltando o problema na mão de obra e a falta de dinheiro para obtenção dos mesmos⁵.

A partir de análises mais profundas sobre o período, é possível compreender que essa pobreza no território não se tratava da terra. De acordo com os estudos de Chambouleyron (2005) essa região possuía uma ótima terra sendo descrita como “uma terra de abundância e fertilidade, em relação à qualidade de suas águas, à copiosidade de mantimentos e produtos naturais e, também, a sua adequabilidade para o cultivo e o pastoreio” (p.108). Com isso, observa-se que a pobreza estava vinculada a uma questão mais humana, onde muitos

⁴ AHU_CU_009, Cx. 26, D. 2697.

⁵ AHU_CU_009, Cx. 4, D. 469

habitantes locais preferiam entrar no sertão em busca das especiarias e de escravizados em vez de cuidar melhor da sua própria terra e cultivar outros gêneros alimentícios.

Outro fator que levou o Estado do Maranhão a ser ligado à pobreza, refere-se à economia do território. Na fase inicial de colonização a produção econômica era considerada insuficiente para atender as necessidades, “limitando as relações comerciais da capitania a produção canavieira e exportação de algodão” (Faria, 2003, p.14-15). Com o passar do tempo, o local passou a exportar as drogas do sertão. Entretanto, apesar dessas ações, a Capitania continuava sendo analisada como uma região pobre. Tal perspectiva permaneceu devido a comparação do Maranhão com os principais centros produtores voltados para a exportação, como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro (Corrêa, 2011).

Uma outra atividade, presente no território dessa primeira fase, foi a criação de gado, bastante discutida por Cabral (1992)⁶, no qual a autora explica como a criação desse animal influenciou a ocupação territorial e a economia local. Nesse sentido, a expansão da pecuária bovina foi de grande importância, contribuindo tanto para a comercialização da carne quanto do couro “sua expansão acompanhou o avanço da frente colonizadora que partiu do litoral espalhando fazendas de criação nas margens dos rios e na Baixada maranhense [...]” (Faria, 2003, p.16).

Para enfatizar a pauperização dentro da região, a mão de obra indígena era considerada inapta em comparação com a africana. Dessa maneira, acreditava-se que o trabalho dos nativos era incapaz de satisfazer as demandas necessárias para impulsionar a economia. Além do mais, os moradores lamentavam que o uso da mão de obra indígena era dificultado pelos jesuítas, tornando-a menos eficiente para atender às necessidades locais.

A falta de comércio relatada pelos moradores, era uma outra causa apontada para a miséria do Maranhão. Em muitos documentos, percebeu-se as reclamações da forma como o Estado estava negociando seus produtos, pois como explicou Chambouleyron (2005, p.119), a partir da análise de escritos da época

O problema do Maranhão não era a falta de produtos, e sim a “forma com que no Estado se negocia”, em razão da inexistência de moeda metálica. Os moradores, assim, não só tinham dificuldade de vender seus produtos para mercadores vindos do reino, como também eram incapazes de comprar as fazendas que estes traziam. Em consequência, cada vez menos comerciantes dirigiam-se para o Maranhão.

A pouca interação do Estado com a Metrópole é outro aspecto ressaltado quanto a pobreza generalizada, o comércio já era dificultado devido à falta de uma moeda e a perspectiva de que a região não possuía uma interação proveitosa tornava a situação ainda

⁶ CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Os caminhos do gado: Conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: SIOGE. 1992.

mais complicada. Porém, quando se analisa o envio de indígenas para as lavouras canavieiras, é possível compreender uma enorme presença do Maranhão enviando esses indivíduos para o trabalho em outros locais, como explicou Corrêa (2011, p.46-47)

Assim como São Paulo, outras regiões procuravam de alguma forma suprir suas necessidades de mão de obra, como foi o caso da Bahia e Pernambuco. Nesse sentido, do Maranhão, ao que parece, saiu uma parte significativa da mão de obra indígena destinada à lavoura canavieira do Nordeste, em especial de Pernambuco. Nessa perspectiva, o Maranhão dos Seiscentos aparece integrado aos circuitos comerciais das capitanias do Norte e de Pernambuco, em função de uma “peça” tão essencial para a dinâmica da região quanto o açúcar, ou seja, o índio.

Portanto, é possível compreender que as demandas de nativos para o abastecimento de outras regiões demonstram que a Capitania estava inserida na dinâmica colonial daquela época, favorecendo o desenvolvimento da extração do açúcar nas outras capitanias com a escravização indígena, ou seja, com base nos novos estudos em torno dessa temática, a predominância da mão de obra nativa não era um argumento suficiente para a pobreza do Estado.

Dentro do cenário de penúria do Estado do Maranhão, os indígenas nessa localidade foram categorizados como pobres. Essa condição era comum tanto no Maranhão quanto no Estado do Brasil, e várias explicações foram apresentadas para justificar tal questão. Primeiramente, destacam-se os conflitos entre portugueses e nativos. Com a chegada dos novos colonizadores, foram observadas várias mudanças no contexto social, resultando em confrontos entre esses dois grupos. Esses conflitos eram motivados pela forte resistência dos povos tradicionais em aceitar as novas imposições, além dos embates nas expedições no sertão.

Com o estabelecimento dos contatos, deu-se início aos períodos marcados pelas doenças contagiosas, as quais como destacou Monteiro (1994, p.39) se mostraram como uma arma mais letal do que as armas de fogo para o extermínio da população indígena. Inúmeros nativos sucumbiram durante esses surtos epidêmicos, incluindo muitos líderes, resultando na devastação e sofrimento generalizados nas aldeias. Essa situação precária colocou esse povo em um estado de pobreza e fome.

Naquele período, o Maranhão foi atingido diversas vezes pela varíola, que acabou matando vários indivíduos junto do sarampo que também se alastrou pela colônia aumentando o nível da mortandade. Na Capitania, o surto de epidemia de varíola se deu a partir da década de 1660 e nesses primeiros anos, de acordo com as observações realizadas por Rafael

Chambouleyron (2011) tendo como base a Crônica do padre João Felipe Bettendorf⁷, discutia-se que essa doença era um castigo de Deus sobre o Estado por causa da expulsão dos padres da Companhia de Jesus.

Os surtos epidêmicos no Estado do Maranhão se repetiram, principalmente, entre os anos de 1690 e as décadas de 1720 e 1740. Essas crises, juntamente com os ataques feitos por nativos em algumas localidades, deixaram a região em instabilidade, provocando uma situação de fome e miséria. Dentro desse quadro, os indígenas foram os mais afetados, com diversas aldeias prejudicadas pelas doenças e a ameaça constante de contágio fazendo muitos fugirem. Com a presença dessas enfermidades, a fome rapidamente se espalhou, pois o grande número de mortes reduziu as produções e, como a maioria era destinada aos portugueses, “alguns nativos desesperadamente famintos, preferiam entregar-se voluntariamente a escravidão a perecer” (Schwartz, 1998, p.52).

Outro aspecto a ser considerado é o cativo indígena no Estado, pois com a invasão europeia, a mão de obra nativa foi amplamente explorada. Os povos tradicionais que ali viviam foram submetidos ao trabalho compulsório, sendo capturados e escravizados para atender às necessidades econômicas. É nesse cenário que se inicia a ligação com a pobreza. Escravizados, viviam em condições desfavoráveis, sendo obrigados a trabalhar excessivamente e controlados pelos mandos dos colonos.

É perceptível também que a diferença entre os padrões culturais acabava por levar, naquele período, a uma ligação de pauperização. Com a vinda dos europeus os “altos” padrões culturais e sociais deles chocavam-se com o modo de vida mais simples dos nativos, por essa razão foram diversas as mudanças feitas pelos colonizadores impondo sua cultura acima da dos povos originários, o que levou a modificação de seus hábitos. Dessa maneira, os valores considerados para os portugueses como riqueza não eram encontrados naquele povo da terra. Essa percepção fica clara nos discursos coloniais e nas crônicas enviadas ao rei daquela época onde eles são descritos com padrões exóticos.

A pobreza ligada aos nativos em um sentido mais cultural fez por muito tempo parte de um discurso de pouca ambição. A partir das trocas de objetos, escambo, alguns dos pertences trocados eram de pequeno valor para os portugueses e novidade para os nativos. Assim, por se interessarem pelos não valiosos objetos europeus, pode ter surgido a ideia de que eram poucos ambiciosos, a qual foi reforçada e levada em consideração por muito tempo em várias narrativas.

⁷ BETTENDORF, João Felipe, SJ. Crônica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura. 1.ed., 1698. 1990. 33.

Partindo para outro aspecto, os poucos alimentos agrícolas produzidos e consumidos pelos indígenas são relevantes nessa análise. No Estado do Maranhão a mandioca, o arroz e o milho faziam parte da base alimentar da população, esses produtos eram amplamente cultivados e consumidos pelos povos tradicionais. Por esse motivo, muitos dos indivíduos que só consumiam aqueles alimentos eram vistos como pobres. É importante destacar que, o consumo desses produtos ainda é bastante perceptível atualmente, “já que a farinha de mandioca e o arroz são a base alimentar de pessoas pobres no Maranhão” (Faria, 2003, p.74).

As moradias simples, também podem ser levadas em conta nessas observações. As casas (ocas) indígenas eram feitas de madeira e cobertas de palha, ao contrário das casas estruturadas dos europeus. Sendo mais simples, esses locais eram onde eles se reuniam e moravam. Depois do contato com os europeus, essas habitações no Maranhão também foram reformuladas para que a mão de obra estivesse mais próxima dos núcleos portugueses, como São Luís.

Essas observações foram feitas a partir da análise do que tornava uma pessoa pobre naquele período, onde diversos fatores eram levados em consideração para a pauperização de um indivíduo. Os estudos feitos por Côrrea (2017), demonstram que a pobreza durante os séculos XVII e XVIII estava bastante ligada à moradia. Por essa razão, eram considerados pobres “aqueles indivíduos que tivessem suas casas mal construídas, pequenas e mal adereçadas” (p.5-6). Esse ponto era bastante perceptível na época, visto que muitas residências foram construídas de madeira e cobertas com folhas de árvores.

Também, aquelas pessoas que apresentavam dificuldade de se expressar, que não tinham domínio da língua, que demonstravam falta de palavras e termos próprios, eram vistas como necessitadas. Por isso, quem não tinha uma boa fala era inserido nessa condição de pobreza. Portanto, ter um maior conhecimento da língua era um elemento de identificação para aqueles que eram considerados desfavorecidos, trazendo uma dimensão cultural à pobreza.

Com relação a linguagem dos indígenas, esse ponto foi bastante ressaltado pelos cronistas ao longo de seus escritos, a exemplo de Gabriel Soares de Souza, um senhor de engenho que viveu no Recôncavo Baiano que viu como um grande problema no idioma desses povos a falta de algumas letras.

Faltam-lhes três letras do abc, que são f, l, r grande ou dobrado, coisa muito para se nota; porque, se não têm f, é porque não tem fé em nenhuma coisa que adorem; nem os nascidos entre os cristãos e doutrinados pelos padres da Companhia têm fé em Deus Nosso Senhor, nem têm verdade nem lealdade a nenhuma pessoa que lhes faça gente bem. E se não têm L na sua pronúnciação, é porque não têm lei alguma que guardar, nem preceitos para se governarem; e cada um faz a lei a seu modo, e ao som

de sua vontade; sem haver entre eles leis com que se governem, nem têm leis uns com os outros. E se não têm esta letra r na sua pronúnciação é porque não têm rei que os reja, e a quem obedecam, nem obedecem a ninguém, nem o pai ao filho, nem o filho ao pai, cada um vive ao som de sua vontade (Souza, 2000, p.262).

É importante destacar que essa pobreza ligada aos indígenas naquele período surge baseada em uma narrativa/perspectiva europeia, onde os padrões culturais dos nativos eram considerados “inferiores”. Tal ponto foi reproduzido a partir dos discursos de época e historiográficos, que encaixaram e naturalizaram esses indivíduos em um quadro de penúria. Entretanto, é preciso pensar na pobreza indígena indo muito além da produção das condições de existência material (alimentação, casas e vestimentas, como se imagina quando se pensa na problemática), mas, sobretudo, em relação às transformações das tradições e modos de vida decorrentes dos contatos com os estrangeiros.

3. UM GRANDE PROBLEMA: A administração indígena no Maranhão Colonial e suas consequências

Com a chegada dos europeus ao território do Maranhão, os povos indígenas passaram por grandes modificações nos seus costumes. Essas mudanças fizeram com que os nativos ficassem cada vez mais inseridos em uma lógica que respeitava as dinâmicas europeias, desestruturando o modo de vida daqueles indivíduos. Desse modo, dentro do Maranhão a organização passou a girar em torno das modificações impostas pelos estrangeiros, colocando o local em um novo ciclo de trabalho, economia e estrutura.

Ao observar o processo de administração, percebemos uma diversidade de problemas em torno dela causados principalmente pelos conflitos entre colonos/missionários e a ambiguidade da Coroa em suas medidas. Ambos tinham o interesse em utilizar dos nativos para a realização de propósitos diferentes, o que causava uma variedade de problemas envolvendo o comando da organização local a partir de 1614.

Com a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, os portugueses, após a expulsão francesa da região, começaram a dar início ao processo de ocupação europeia do lugar em busca de transformá-lo em uma capitania desenvolvida economicamente, assim como as outras. Nesse contexto, para que esse crescimento ocorresse a mão de obra forçada era de fundamental importância.

O anseio de submeter o indígena passou a ser o elemento central da ideologia dominante no mundo colonial lusitano. Na prática, porém, esse elemento sofria várias gradações, provocadas por interesses e por valores sociais que dirigiam a atuação dos indivíduos pertencentes aos diversos estamentos da sociedade colonial em formação. (Fernandes, 1960 *apud* Belloto, 1982, p.178).

Dessa forma, a utilização da mão de obra nativa era a grande responsável pelo crescimento do território, mesmo que fosse considerada como inferior à africana. Tendo isso em vista, os moradores locais iniciaram um processo de captura dos nativos para a realização dos seus objetivos, fazendo com que ao longo dos anos, o número de escravizados crescesse, sendo necessário a criação de leis pela Coroa para administrar essa prática.

Nesse cenário, foram criadas formas legais de obtenção de escravizados no Maranhão, as quais envolviam tanto a presença dos missionários quanto dos moradores. A primeira forma legal eram os descimentos, que consistia no convencimento dos indígenas a se deslocarem de seus locais para núcleos mais próximos dos portugueses; a segunda eram os resgates, onde os moradores adentravam os sertões em busca dos indivíduos à corda. Também, a guerra justa era uma forma legalizada de escravização para os indígenas, além de

considerada como um castigo para aqueles que cometessem algum malefício contra os moradores e a Coroa.

Com o passar do tempo, os problemas de interesses entre os jesuítas e os senhores se expandiram cada vez mais, provocando um conflito em torno da administração local. Nessa perspectiva, os missionários relataram à Coroa a dificuldade de difundir a fé para os nativos devido ao trabalho compulsório que crescia cada vez mais no Estado. Por outro lado, os moradores reclamam da presença dos padres apontados os comportamentos dos jesuítas como “prejudicial à causa pública por trabalhar em benefício próprio para além dos objetivos evangélicos” (Belloto, 1982, p.180).

A partir desses grandes conflitos, a Coroa buscou formas para solucionar esses problemas. Por um lado, ela se beneficiava com o processo de escravização e crescimento territorial, por outro também via vantagem na expansão da fé cristã e no sistema de missões. Dessa forma, a partir de 1655 ela estabeleceu a administração das aldeias e a repartição dos trabalhadores aos moradores restrita somente aos jesuítas. Essa questão causou uma revolta local entre os moradores insatisfeitos com a administração jesuíta, resultando na expulsão dos religiosos, os quais posteriormente retornaram.

Com a expulsão jesuítica, os senhores retomaram a administração dos nativos de acordo com seus interesses e benefícios. Entretanto, em 1665, os jesuítas voltam para o Maranhão com base em uma nova legislação criada naquele ano, que instituiu a “Junta das Missões”, colocando novamente o interesse dos padres à frente da administração. A partir de 1680, com o alvará de 1º de abril, a escravização por guerra justa acabou sendo abolida, deixando assim os moradores mais revoltados com as medidas tomadas pela Coroa.

A criação do alvará provocou instabilidade na região, culminando na criação da provisão de 1684, que concedeu aos moradores o direito de fazer o descimento dos nativos do sertão por conta própria e administrá-los em aldeamentos particulares, estabelecendo o acesso exclusivo desses trabalhadores. Essa medida visava resolver o problema da mão de obra e ajudar a Coroa a economizar nos custos com os descimentos.

Observa-se que todos esses processos provocaram uma mudança no cotidiano dos indígenas, inserindo-os à força em uma nova dinâmica cercada de problemas que desestruturaram o seu modo de vida. A partir dessa questão, é importante pensar quais eram os povos que foram diretamente impactados com essas modificações administrativas e conflituosas com os europeus? Para responder a pergunta é necessário lembrar que naquele período toda essa diversidade de nativos era denominada “índios”. Os próprios documentos enviados à Coroa referiam-se àqueles indivíduos como “índios”, e posteriormente começaram

a escrever junto o nome do aldeamento para facilitar o reconhecimento. Além dessa denominação genérica, os indígenas também eram encaixados no binômio Tupi-Tapuia usado para distinguir quem era aliado e inimigo (Monteiro, 1994).

Com base nos estudos realizados pelo Conselho Indigenista Missionário do Maranhão⁸ (CIMI), encontramos detalhadamente quais eram os grupos indígenas presentes no território maranhense desde 1612 “entre eles estavam os Tupinambá, os Barbados, os Sakamekrã, os Amanajós, os Kriê, os Uruáti, os Tremembés, os Kenkateiês, os Guanaués, os Araisos, os Gamellas, os Pobzés, os Kapietrãs e outros, todos eles extintos” (Conselho, 1988, p.37).

De acordo com os estudos de Oliveira (2018) com base em Abbeville (1975)⁹, os Tupinambás possuíam uma forte presença no território maranhense, estendendo-se ao longo dos rios Mearim e Itapecuru, com enormes aldeias possuindo aliados e inimigos dentro do território. Um dos seus adversários principais eram os Tremembés, localizados no leste do Maranhão causando grande inquietação aos Tupinambás e aos europeus.

Em meio aos conflitos entre essas duas nações indígenas, os europeus classificavam os Tupinambás como aliados e os Tremembés como inimigos, esses últimos causaram grandes problemas aos portugueses ao longo do processo de colonização sendo um dos seus inimigos considerados “índio de corso”. Ainda, ao longo da análise das ementas presentes no Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania do Maranhão, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), há algumas documentações enviadas à Coroa sobre os “índios tabajaras”¹⁰, o que demonstra a presença dessa nação também na localidade.

Com essas discussões, é possível entender inicialmente o processo de administração que ocorreu no território maranhense e que, conseqüentemente, modificou a estrutura social dos nativos naquele momento. Destaca-se que essas mudanças iam de acordo com o interesse dos portugueses, colocando os indígenas em situações vulneráveis, porém os povos originários lutaram e resistiram, agindo de acordo com seus objetivos e persistindo contra os valores europeus.

3.1 Os resgates e descimentos como maneira de administração

O processo administrativo do Maranhão se torna bastante complexo quando se analisa as formas legais para a obtenção de escravizados naquele território. Nesse contexto, já foi

⁸ CONSELHO indigenista missionário. **Povos indígenas no Maranhão: exemplos de resistência**. Conselho Maranhão, São Luís, 1988.

⁹ ABBEVILLE, Claude d'. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Editora da Universidade de Paulo, 1975.

¹⁰ AHU_CU_009, Cx. 3, D. 268; AHU_CU_009, Cx. 4, D. 470.

possível compreender que os resgates, descimentos e guerra justa eram as três formas aceitas pela Coroa para a obtenção de cativos pelos moradores. Entretanto, esses processos eram relativamente complicados e cercados de desmandos dos colonos, que utilizavam maneiras para cumprir seus próprios objetivos.

Os descimentos eram um processo que consistia no deslocamento dos indígenas de seus locais de origem para centros mais perto dos portugueses, criando aldeamentos coloniais e missionários. Para a sua realização, os religiosos e militares adentraram os sertões para os persuadir os nativos pacificamente a descerem para outros locais. Nesse sistema a presença dos padres era fundamental, pois a maioria dos descimentos sem eles eram mal sucedidos (Almeida, 2010).

Esses aldeamentos que surgiram a partir dos descimentos, possuíam significados diferentes para os agentes coloniais, ambos buscavam utilizá-los para benefício próprio. Para os missionários, os aldeamentos serviram como forma de transformar os povos originários em súditos cristãos inserindo suas práticas religiosas no seu cotidiano. Já para os colonos/moradores era uma forma de conseguir a força mão de obra desenvolvendo atividades nos engenhos.

E para os indígenas? De acordo com os estudos de Almeida (2010), esses aldeamentos serviam como um local de proteção devido à grande violência nos encontros, onde muitos acabavam morrendo ou submetidos a situações desfavoráveis. Portanto, seguir para novas habitações era uma melhor opção, apesar de que nelas ainda tinham prejuízos.

A aldeia era o mal menor e nelas os índios se submetiam a uma nova situação que lhes trazia imensos prejuízos. Sujeitavam-se às regras portuguesas, passando a viver em condições subordinadas e sujeitos ao trabalho compulsório. Misturavam-se com outros grupos étnicos e sociais, viam reduzir-se as terras às quais tinham acesso e expunham-se a altas taxas de mortalidade. Além de tudo, submetiam-se a uma nova rotina que proibia o uso de certas práticas culturais, incentivava-os a abandonar antigas tradições e a incorporar novos valores, como parte do processo de transformá-los em súditos cristãos (Almeida, 2010, p.89).

Inicialmente, para o descimento, os colonos utilizavam diversos presentes para convencer os indígenas a se deslocarem, os europeus preocupavam-se em criar alianças para que pudessem descer pacificamente evitando resistências e fugas. Nesse processo, os povos tradicionais desenvolveram estratégias que garantiam a eles seus interesses por meio de acordos. Porém, com o passar do tempo, essa prática dos descimentos começou a enfrentar irregularidades e conflitos, colocando os indígenas em descimentos obrigatórios cercados por violências.

Ao longo de 1685 até meados de 1745, as práticas dos descimentos se intensificaram completamente. Após a promulgação da lei de 1680, os conflitos locais aumentaram, resultando na Revolta de Beckman em 1684 contra os jesuítas.

Como forma de solucionar as diferenças, a Coroa criou a provisão de 1684 que permitia que moradores organizassem e financiassem expedições de descimentos, garantindo acesso particular aos trabalhadores recrutados. Esses índios descidos eram livres: deveriam receber um salário e teriam seu tempo de trabalho dividido entre uma semana no aldeamento (distante cerca de meia légua da fazenda do solicitante) e outra nas plantações do morador (Dias e Bombardi, 2016, p.259).

Nesse cenário, os moradores tiveram permissão para realizar os descimentos por conta própria. Regulamentando essa prática privada, em 1718 o rei, D. João V, em uma carta determinou a presença dos descimentos livres, onde os indígenas poderiam escolher se queriam ser descidos. Contudo, ele também esclareceu que os nativos podiam ser descidos a força, principalmente aqueles que fossem inimigos dos portugueses e não seguissem os valores europeus (Chambouleyron; Bombardi, 2011).

A prática dos descimentos particulares só começou a ser constantemente utilizada por volta de 1720, quando o rei passou a aceitar a maioria das solicitações enviadas. Apesar de particular, esses descimentos precisavam da aprovação do rei e, na maioria das vezes, era solicitado o aceite do governador local também. De acordo com as análises de Dias e Bombardi (2016, p.260), os moradores que solicitaram esses indígenas possuíam o mesmo perfil, a maioria tinha cabedal necessário para realizar a prática, além de possuírem sesmarias e/ou algum título outorgado pelo rei.

A partir de 1724, o Estado sofreu com a epidemia de bexiga que acabou reduzindo o número de nativos trabalhando nos engenhos, por isso grande parte dos senhores solicitaram cada vez mais ao rei a permissão para descer, o que explica o aumento exacerbado no número entre 1726 e 1727. É importante destacar que essas epidemias já se encontravam presentes no Maranhão desde 1690, vários documentos, como o de Gomes de Freire Andrade¹¹, relataram à Coroa o problema presente no local e que só se expandiu ao longo dos anos.

Com inúmeros trabalhadores mortos pelo contágio, as cartas régias enviadas à Coroa entre 1726 e 1727 aprovaram os descimentos particulares, usando como justificativa a epidemia de 1724. Nesse período, como observado por Chambouleyron e Bombardi (2011, p.614-615) destacam-se entre os maiores números de indígenas descidos, as solicitações de Jerônimo Vaz Vieira pedindo 80 casais de nativos para o trabalho e a de Antônio Furtado de Vasconcelos pedindo para descer 100 casais para o seu engenho real. Ambas foram deferidas pela Coroa e justificadas pela epidemia.

¹¹ AHU_CU_009, Cx. 9, D. 928.

Em 1728, mudanças aconteceram na prática dos descimentos, em abril daquele ano o rei permitiu que os nativos descidos fossem direto para os engenhos dos moradores sem precisar ficar nos aldeamentos missionários. Na carta régia feita pelo rei, foram proibidos os descimentos particulares, visto que a maioria estava violando as leis e a repartição. A partir dessa decisão, essa prática deveria ser realizada por uma autoridade pública que seria a responsável por repartir os indígenas para os engenhos e colonos de acordo com a necessidade de cada um. Porém, quando o documento chegou ao Maranhão, ele acabou sendo interpretado de outra forma, pois

o governador Alexandre de Sousa Freire (1728-1732), ao ler a carta régia, interpretou convenientemente que bastaria uma autorização expedida pela Junta das Missões para que os moradores interessados pudessem realizar seus próprios descimentos e levar os índios diretamente para as suas propriedades (Dias; Bombardi, 2016, p.263).

Assim, para realização dessa prática os moradores deveriam enviar um requerimento ao governador do Estado solicitando indígenas. Esse documento passava pela Junta das Missões, responsável por avaliar e identificar o número de indivíduos que deveriam ser descidos. Posteriormente, caso a decisão fosse positiva, o morador deveria realizar o deslocamento à sua custa sempre com a presença de um padre convocado pela junta. Percebe-se que a ordem acabou sendo contrária, visto que a Junta das Missões era quem deveria realizar o descimento e repartir para os moradores. Esse problema justifica os altos índices de descimentos realizados em 1728.

Essa nova forma de deslocamento, era cercada de problemas por causa da violência utilizada no processo. Devido às doenças e ao alto número de mortos, muitos nativos não queriam participar, forçando os particulares a utilizar a violência como forma de obrigá-los. Antes mesmo dessas doenças, quando o rei regulamentou o descimento livre em 1718, muitos indígenas não queriam participar sendo forçados pelos moradores que desobedeciam às regras.

Observa-se que essa prática funcionava em conjunto com a violência, devido a resistência dos indígenas em obedecer às ordens dos europeus e serem contra as formas de trabalho e organização. Desse modo, os senhores utilizavam a opressão como forma de obrigar os nativos a descer, participar dos aldeamentos e trabalhar nos engenhos. Em busca de resistir a esse problema, os povos tradicionais procuravam estratégias que ajudassem a combater essa situação, optando por fugir e escapar daquele sistema de abuso e exploração de trabalho.

Com a presença de todos esses empecilhos, a prática dos descimentos foi suspensa em 1742, dando espaço para que os resgates se tornassem a única maneira legal. Essa prática estava presente desde o começo da administração indígena e

referia-se basicamente à compra, pelos portugueses, de prisioneiros de guerra entre as nações indígenas, entre os quais se incluíam os chamados “índios presos a corda”, ou “índios de corda”, referência à corda que os Tupis atavam aos pés de seus prisioneiros destinados a serem “devorados” (Sousa, 2002, p.5).

Nesse sistema, apenas os indivíduos à corda poderiam ser resgatados, pois como explicou Perrone-Moisés (1998) eram os indivíduos que seriam devorados e resgatá-los era visto como uma forma de salvar tanto sua vida quanto sua alma. Essa forma de obtenção de trabalhadores foi proibida devido ao rápido aumento no número de indígenas escravizados no Maranhão. Contudo, a partir de 1688, a Coroa voltou a permitir a escravização nativa, abrindo espaço para que os colonizadores pudessem comprar os prisioneiros novamente.

Diversas foram as tropas de resgates financiadas pela Fazenda Real para fazer o trabalho.

Os índios que fossem resgatados deveriam ser enviados à câmara da respectiva cidade responsável pela entrada no sertão, onde seriam repartidos pelo governador assistido pelo ouvidor-geral. O preço de cada “peça” se calculava a partir dos custos da empresa, incluindo no cálculo os mortos e o salário do depositário, além de “três mil por cabeça” para cobrir as despesas das missões (Dias; Bombardi, 2016, p.265).

Os jesuítas também participaram dos resgates, até mesmo recebendo indígenas como pagamento pelos seus serviços, diversas vezes eles entraram no sertão junto dos militares para realizar essa prática. Porém, na maioria dos casos, esses religiosos se recusaram a participar devido a desorganização das tropas. Com a falta de interesse dos governadores na organização, a prática ilegal se intensificou entre os moradores que faziam constantemente presos, forçando a Coroa a proibir mais uma vez os resgates dentro do Estado Maranhão.

Como já observamos, o território passou por crises epidêmicas, tendo 1724 como uns dos seus auge. Neste momento, com a grande perda de trabalhadores, os resgates cresceram novamente no cenário administrativo, fazendo com que a junta autorizasse os resgates particulares que anteriormente eram negados. Para justificar essa autorização existem duas explicações: a falta de dinheiro nos cofres públicos; as guerras contra os indígenas, principalmente no Rio Negro. Dessa forma, essa dinâmica passava de oficiais, realizados pelas tropas e autoridades, para particulares organizados pelos moradores.

A liberação de resgates particulares, abriu espaço para que diversos moradores participassem desse sistema, aumentando o número de indígenas escravizados.

De 100, quatro anos antes, para 1.600 em 1738. A partir dessa data sobe definitivamente para um patamar inédito a demanda por resgates particulares. Com efeito, em doze reuniões da Junta das Missões ocorridas entre dezembro de 1738 e

agosto de 1745, foram concedidas 307 licenças para resgatar um total de 10.060 índios (Dias; Bombardi, 2016, p.268).

Esse salto nos números, continuam a duplicar nos anos posteriores, visto que em 1744 a Junta das Missões modificou mais uma vez a forma como deveriam ser feitos esses resgates. Assim, os moradores poderiam resgatar sem a presença de tropas, o que causou grandes problemas entre os membros da Junta devido a não aceitação por parte de alguns. Por meio de tais ações, os particulares usaram as crises epidêmicas de 1743 para justificar o número de indivíduos resgatados e, devido a esse contexto, a Junta aceitou essa diversidade de pedidos.

Em 1747, essa prática foi proibida depois das análises das condições feitas pelo Conselho Ultramarino. Todavia, muitos moradores ainda compravam nativos ilegalmente. Segundo Dias e Bombardi (2016), as tropas oficiais continuavam fazendo o resgate de nativos de maneira ilícita, muitos moradores continuavam comprando os indígenas sem ter que pedir licenças para a Junta das Missões. Essa questão só foi modificada com a chegada da década de 1750, quando Francisco Xavier de Mendonça Furtado assumiu o poder como governador do Estado e logo colocou fim a essas dinâmicas ilegais.

Percebe-se que tanto os resgates quanto os descimentos foram dinâmicas que colocaram os indígenas em um sistema de escravização dentro do Maranhão. Dessa forma, eles foram inseridos no trabalho forçado, cercado de medidas que, em sua maioria, beneficiavam os europeus. Além desses dois modos de administração, ainda existiam as guerras justas, que, junto dos resgates e dos descimentos, criaram um sistema de escravização nativa duradouro dentro do Maranhão, como veremos a seguir.

3.2 O processo de escravização na Capitania do Maranhão e os trâmites para as liberdades

Com os novos sistemas voltados para o crescimento econômico da Capitania do Maranhão, a região necessitava mais do que as trocas inicialmente realizadas entre os europeus e indígenas, por isso os nativos logo começaram a ser escravizados e forçados a realizar funções dentro dos engenhos para que pudessem ser supridas as novas necessidades. Naquele período, o cativo foi justificado por diversas formas e visões moldadas pelos novos moradores. Entre essas justificativas destacam-se: o ritual de sacrifício; a falta de humanidade dos indígenas; o conhecimento que os nativos tinham com a agricultura, já que ela era uma atividade bastante presente no seu cotidiano, embora quase exclusivamente um trabalho feminino (Schwartz, 1998).

Essas perspectivas demonstram como os novos moradores não se importaram em compreender a dinâmica do mundo indígena. Nesse contexto, essas práticas “banais” nativas, como o ritual da vingança¹², foram julgadas e incompreendidas, resultando na criação de classificações, como bárbaros, selvagens e canibais. A maioria dos indígenas vistos dessa maneira, foram considerados inimigos, pois tornavam-se de difícil contato e viviam nos sertões. Assim, sendo inimigos, a escravização era justificável de acordo com a dinâmica portuguesa.

No Maranhão, a ideia do cativo para esse povo era vista como a grande solução para os problemas presentes no local. Nesse cenário, essa prática era reforçada em diversos documentos enviados para a Coroa, e a própria elite local apresentava nas câmaras de São Luís “um discurso onde somente seria possível o crescimento econômico do Estado do Maranhão se a escravização dos índios fosse intensificada” (Pelegriño, 2014, p.3).

Ainda, como formas de justificar a necessidade desse cativo, os moradores utilizavam-se dos problemas para a obtenção da mão de obra africana, alegando que o valor cobrado era muito alto. Para os portugueses tornava-se bem mais fácil conseguir escravizados indígenas com as expedições ao sertão. Todas essas justificativas foram utilizadas como forma de tornar a escravização legalizada no Maranhão, porém foi cercada de leis instituídas pela Coroa com ajuda dos missionários para combater a ilegalidade.

Com o rápido aumento no número de escravizados, a Coroa intensificou as leis para tentar diminuir esse processo. Contudo, a administração deixava espaço para que algumas práticas fossem realizadas na captura de cativos, como no caso das guerras justas. As guerras justas foram uma das formas mais utilizadas pelos europeus, qualquer problema causado por indígenas era necessário guerra.

Nesse cenário, os nativos capturados eram considerados cativos e obrigados a trabalhar compulsoriamente para os moradores, seguindo suas regras e dinâmicas do novo sistema. Esse cativo, foi amplamente discutido em diversos documentos de missionários que tratavam sobre a salvação das almas e a antropofagia. Muitos religiosos aceitavam as guerras justas para os indivíduos que não seguissem as normas dos portugueses, por outro lado muitos discordavam dessa prática como forma de salvar a alma.

Além da guerra justa, o resgate também era o principal meio por onde os moradores conseguiam cativos legais. Os indígenas resgatados pelas tropas oficiais eram reconhecidos como escravizados e forçados a trabalhar. Entretanto, para que um indivíduo fosse inserido nessa condição, ocorria um processo de reconhecimento das “justas razões”. A lei de 1655

¹² Prática que consistia em matar e comer os inimigos prisioneiros de guerra em uma cerimônia antropofágica.

regulamentou esses procedimentos designando missionários para acompanhar as expedições e julgar a veracidade do cativo. Com isso, caso a guerra não fosse considerada justa restava apenas a possibilidade de resgate, prática que contava também com a presença dos religiosos.

A partir de 1688, o Estado tornava-se cada vez mais responsável por administrar essas formas, uma das medidas realizada por ele foi a regulamentação financeira das expedições de resgates.

O próprio Estado tornava-se empresário dos resgates, que a partir de então seriam feitos pela Fazenda Real: duas tropas – uma para o Pará e outra para o Maranhão – deveriam ser anualmente enviadas ao sertão. A Fazenda Real forneceria 3000 réis para a compra de quinquilharias necessárias ao resgate de escravos, devendo ser empregados dois mil para o Pará e mil para o Maranhão (Farage, 1991, p.33).

Com esse financiamento, o preço dos nativos escravizados girava em torno de 3.000 réis e cada morador ficava responsável por adquirir os seus trabalhadores. O arrecadamento deste imposto formaria o “Tesouro dos Resgates”, o qual seria aplicado em novas missões para a obtenção da mão de obra escrava como forma de manutenção do sistema. Com relação a esse tesouro, ao longo das ementas do AHU estar presente alguns problemas com os tesoureiros envolvendo confisco dos bens devido à dúvida nas contas¹³. Com o aumento nessa prática, esse tesouro, em muitos momentos, acabou ficando de cofres vazios, resultando na abertura dos resgates privados.

Como forma de regulamentar esse trabalho compulsório, a Coroa criou medidas, estabelecendo a forma de trabalho dos indígenas resgatados. A partir disso, se estabelecia um trabalho de seis meses nas terras do senhor e os outros seis meses ficariam livres. Porém, com o passar do tempo essas ordens foram descumpridas pelos colonos dando início a uma diversidade de abusos.

Nem os índios eram pagos, mesmo sendo seu salário baixo - duas varas de pano a cada mês - nem lhes era concedido o tempo de liberdade a que tinham direito. Retidos após o término legal do controle em poder dos patrões, passavam por escravos legítimos e, quando morria o chefe da família, o índio forro era enunciado em testamento como escravo legítimo (Azevedo, 1901 *apud* Sousa, 2002, p.7).

Essas medidas começaram a se tornar presentes nos engenhos, aumentando a precariedade do ambiente de trabalho e os desmandos dos senhores. Cabe destacar que esse sistema escravista era reconhecido pelos vários setores da sociedade colonial, envolvendo até mesmo os próprios funcionários da coroa e missionários, como explica Farage (1991, p.36)

Ao contrário do discurso moralista de Mendonça Furtado, tudo leva a crer que nem só os homens “indignos e de vida licenciosa” estavam envolvidos na escravização ilegal, mas que toda a colônia se encontrava de certa forma comprometida com ela: quase todos os moradores que iam ao sertão voltavam trazendo escravos; os funcionários das fortalezas, encarregados de controlar este fluxo clandestino, em

¹³ AHU_CU_009, Cx. 10, D. 1010; AHU_CU_009, Cx. 10, D. 1032.

geral deixavam subornar, quando não estavam eles próprios engajados no tráfico de escravos; missionários assinavam registros em branco ou, cedendo às ameaças dos membros da tropas ou a seus próprios interesses, davam por escravos os que legalmente seria livres.

Com isso, percebe-se as violações que aconteciam nesse sistema pelos variados sujeitos coloniais, onde ambos agiam de acordo com seus interesses econômicos, resultando na escravização ilegal de indivíduos considerados livres. Nesse sentido, os próprios nativos eram coagidos a se afirmarem como sujeitos escravizados, pois durante os exames de cativo, realizados pelos missionários, os senhores coagiram aqueles indivíduos para responder às perguntas feitas de forma correta, atribuindo a si mesmo como cativo (Farage, 1991).

Com os apresamentos clandestinos, surgiu a categoria de mão de obra livre, a qual consistia nos indígenas presentes nos aldeamentos missionários pelas práticas dos descimentos. Nesse sistema, os nativos eram utilizados a serviço do Estado e também pelos moradores, de forma mais restrita. Através dessa dinâmica, ocorreram diversos conflitos entre missionários e moradores colonizadores por causa da repartição da mão de obra. Mesmo com essa categoria de trabalhadores livres, os indígenas aldeados sofriam com as mudanças impostas com a cultura religiosas e com os desfalques nas populações feitas pelos moradores.

Dentro desse sistema, alguns indivíduos conseguiram sua liberdade, mas era um processo cercado de problemas e, às vezes, nem aceito pelas Juntas das Missões. Segundo (Ferreira, 2017), muitos nativos, para conseguir sua libertação, apresentaram argumentos baseados em questões como: títulos de cativo que consistia nos títulos adquirido pelo indígena como escravizado, ao longo do julgamento de sua liberdade o indivíduo requerente deveria apresentar esse título ou a comprovação de sua escravização; determinação de testamento que era quando os senhores responsáveis pelos indígenas deixavam no testamento sua libertação ou repartição entre os herdeiros; filhos bastardos caso um indígena fosse filho de um homem branco ele poderia recorrer a sua liberdade no tribunal; violência que era quando os nativos sofriam maus tratos pelos seus senhores e utilizavam esse discurso como forma de adquirir sua liberdade na Junta das Missões. Todas essas questões, eram analisadas pela Junta levando em consideração as provas e os argumentos apresentados pelos requerentes.

De acordo com Bombardi e Prado (2016, p.187-188), para se recorrer à justiça, havia dois caminhos bastantes utilizados pelos nativos.

No primeiro, os pedidos eram enviados à Ouvidoria, onde se conformavam os autos de liberdade, resultando na sentença sumária definida pelo Ouvidor. No caso de apelação, se recorria à Junta das Missões. Ou, por vezes, os pedidos se destinavam

diretamente ao Tribunal da Junta, onde era emitido um parecer favorável ou não ao pleito.

Por meio da legislação indigenista, que buscava regulamentar as práticas sociais, foi possível evidenciar os desvios presentes no cativo indígena. Ao longo dos processos de libertação, muitos nativos apontavam as ilegalidades e problemas dos senhores. Assim, essas ações foram fundamentais para evidenciar as práticas desviantes com os escravizados, além de mostrar como esses indivíduos utilizavam a legislação para exigir seus direitos naquele período. Nesse cenário, os requerimentos enviados à justiça poderiam ser feitos pelos indígenas e/ou por um “Procurador dos Índios”¹⁴.

A partir desse panorama, é interessante pensar: será que todos os indígenas tinham a possibilidade de recorrer à justiça em busca de sua liberdade? Para chegar a resposta, primeiro observamos que a legislação não deixava claro que somente grupos específicos poderiam ser livres, ela deixava aberto para que todos pudessem recorrer. Entretanto, como analisou Bombardi e Prado (2016, p.189) as ações jurídicas eram acessíveis apenas a um grupo específico de escravizados, aqueles que moravam perto dos núcleos urbanos, como São Luís e Belém, esses conseguiam realizar os pedidos na justiça. Assim, todos os nativos que habitavam outras regiões, como pequenos povoados e fazendas, raramente conseguiam fugir e reivindicar seus direitos, já que muitos não eram amparados legalmente para realizar a ação longe dos seus senhores.

Dessa forma, como maneira de tentar recorrer a sua liberdade, esses povos afastados uniam-se a outros cativos em busca de testemunhas contra os desmandos de seus senhores, criando uma espécie de rede de amizades favorável ao processo. Nesse contexto, utilizar essa rede como forma de conseguir sua liberdade ajudou bastante na visibilidade dos casos de cativo, ganhando reconhecimento pelas autoridades para solucionar os problemas.

Após a sua libertação, muitos indígenas continuaram passando por problemas devido ao não reconhecimento de alforria por parte dos senhores que criaram impasses para liberá-los. Dessa forma, era perceptível a preocupação das autoridades para inserir essas pessoas livres na sociedade, como exemplificou Ferreira (2017, p.178-179)

Dentro das condições específicas da capitania do Maranhão, existia uma preocupação tanto do poder metropolitano quanto das autoridades locais em remanejar os índios forros para desempenharem alguma função na sociedade, pois muitos dos que conseguiram suas liberdades andavam “vadiando” e “fazendo baderna” pela capitania.

¹⁴ O cargo surgiu no Maranhão ao longo do século XVII como forma de solucionar as dúvidas sobre a justiça dos indígenas, sua ocupação não era estabelecida diretamente pelo rei, mas por indicação de um superior jesuíta. (Ferreira, 2017, p. 85).

Observa-se que mesmo livres as autoridades procuravam alguma atividade para encaixar no cotidiano daquelas pessoas, como uma forma de tirar a “vadiagem” dos seus costumes. Uma das maneiras encontradas era enviar os nativos para os trabalhos na aldeia de São José¹⁵, a qual necessitava de uma grande demanda de serviço por causa das mortes de vários trabalhadores. Com isso, percebemos que a solução encontrada era mandar de volta aqueles indivíduos para o serviço, mas dessa vez sem a proposta de escravização.

Por meio de todas essas ações, é possível perceber como esse sistema escravista perturbou a vivência indígenas. Dessa maneira, a violência estava bastante presente, chegando a ser considerada necessária para os problemas, além de ser defendida por alguns jesuítas como um meio de converter os nativos. Ademais, a pobreza estava inserida nisso tudo, visto que os povos originários viviam em péssimas condições no cativeiro e morando nas aldeias administradas pelos missionários.

¹⁵ Local onde era destinado a maioria dos indígenas descidos ou resgatados, sendo a responsável por fornecer nativos para a realização das atividades na região.

4. AS VULNERABILIDADES NO COTIDIANO INDÍGENA

Por meio das novas medidas administrativas, o cotidiano indígena era constantemente abalado por problemas que desestruturaram o convívio, como: as guerras, realizadas não só pelos portugueses, mas pelos próprios nativos como forma de defesa, as medidas e maus tratos aplicados; o doutrinação feito pelos missionários em busca de inserir aqueles indivíduos na crença religiosa dos europeus. Todas essas questões impactaram no modo de vida daqueles indivíduos, cercando seu cotidiano de vulnerabilidades físicas e emocionais que modificaram sua convivência, as quais também são possíveis identificar nos envios de documentos naquele período.

4.1 As guerras no cotidiano dos nativos

Na construção do universo colonial, as guerras aconteciam frequentemente. O processo de expansão das fronteiras portuguesas foi profundamente marcado por confrontos motivados pela ocupação territorial e busca da mão de obra forçada. Ao longo desse processo, os nativos tornaram-se os principais alvos, pois dificultavam a ampliação das fronteiras e logo se tornaram um problema difícil que precisava ser resolvido.

Os conflitos já estavam profundamente enraizados na prática cotidiana dos povos originários muito antes dos confrontos iniciados entre os séculos XVII a XVIII, sendo parte da movimentação e manutenção do mundo nativo, pois era através das guerras que eles demonstravam poder e força. Com a chegada dos portugueses, esses conflitos foram explorados para enfraquecer a resistência indígena. Os colonizadores aproveitavam-se dessas guerras para realizar os resgates, o que facilitou a ocupação territorial e a submissão dos povos.

No Maranhão, as guerras iniciadas contavam, em sua maioria, com dois objetivos principais: a busca territorial e a mão de obra dos povos tradicionais. Esses dois fatores foram responsáveis por inúmeros conflitos que encheram o cotidiano dos nativos de vulnerabilidades.

Com a ocupação da região da capitania do Maranhão pelos portugueses, os grupos indígenas se dispersaram, ocasionando uma nova organização, na qual portugueses iniciaram a dominação do espaço antes ocupado por aqueles. Esse novo arranjo resultou em violentas guerras travadas entre colonos e índios (Oliveira, 2018, p.45).

Nesse cenário, muitos indígenas se recusaram a participar dessa nova organização, resistindo e dificultando. Assim, por diversas vezes, esses indivíduos destruíram os centros formados pelos portugueses como maneira de combater o avanço e a destruição da sua região.

Por sua vez, os moradores, com esse empecilho, não mediam esforços para criar guerras destruindo as habitações indígenas e/ou capturando a mão de obra para o trabalho forçado.

Com base nesse contexto, é importante destacar que esses confrontos se configuraram como um mecanismo utilizado pela Coroa para a concretização dos seus objetivos. Durante o século XVII, o aumento dessas guerras foi motivado pelos desejos em torno da consolidação e dominação da região norte do país, a qual estava constantemente sendo invadida por outras nações europeias, tornando necessária a ocupação portuguesa. Dessa maneira, os conflitos armados eram vistos como forma de “ajudar” na rápida dominação sobre a região, independentemente dos problemas que poderiam ser causados na vida dos nativos.

O sucesso desses conflitos ocorreu devido às políticas de alianças formadas entre os próprios indígenas e colonizadores. Como as nações originárias possuíam a prática de guerrear contra os inimigos, os portugueses se aproveitaram desses aspectos para criar alianças. Esses acordos firmados entre os dois grupos, abriram espaço para uma diversidade de guerras com sujeitos diferentes, agindo de acordo com suas próprias motivações.

As guerras coloniais se misturavam às guerras indígenas, na medida em que se faziam com índios aliados contra índios hostis. Europeus de nacionalidade distintas e índios de diferentes etnias lutavam como aliados numa mesma guerra, porém tinham motivações diversas, que se alteravam, conforme as circunstâncias e a dinâmica das relações (Almeida, 2010, p.45).

Com essa análise, podemos observar que as guerras coloniais tinham objetivos diferentes e aliados que se uniam em prol de destruir um inimigo em comum. Nesse contexto, com a ajuda dos indígenas, os europeus conseguiram expandir seus domínios ao longo do Estado do Maranhão e Grão - Pará, consolidando a política da Coroa de dominação territorial. Essa ajuda também estava presente em outras capitanias, como destaca Almeida (2010) nas conquistas das Capitanias de Pernambuco, Bahia, Ilhéus, Espírito Santo e Guanabara proporcionadas por essa aliança com os nativos.

Ainda a esse respeito, Oliveira (2018) explicou que os conflitos realizados durante os séculos XVII e XVIII possuíam dois sentidos distintos, as guerras denominadas *brasílicas* e as guerras movidas pelas autoridades régias.

No contexto das guerras coloniais, é importante destacar que as guerras *brasílicas* objetivaram expulsar estrangeiros que haviam invadido os territórios considerados domínios portugueses, enquanto as guerras movidas pelas autoridades régias contra os povos indígenas buscavam aquisição de terras e mão de obra indígena, principal sustentáculo das atividades econômicas do Maranhão colonial (Oliveira, 2018, p.45).

É precisamente nessas guerras *brasílicas* que se encontra a aliança dos povos indígenas com os europeus. Foram através desses confrontos que os portugueses conseguiram expulsar as nações estrangeiras que tentaram invadir as terras da América portuguesa, como a

guerra de 1614 na qual, com o apoio dos Tupinambás, expulsaram os franceses do Maranhão. Além disso, a mistura de soldados portugueses e nativos foi responsável por combater os povos que eram contrários à dominação europeia.

Atrelada a motivação de expansão territorial, a partir do século XVII os portugueses ainda pretendiam desenvolver a criação de gado. Nesse sentido, essa expansão da pecuária, acabou sendo outro vetor causador de guerra contra os nativos

[...] o desenvolvimento desta atividade modificou a paisagem de diversas áreas do interior. Extensas regiões da América portuguesa dominadas por milhares de índios transformaram-se em importantes áreas criatórias, fundamentais para o abastecimento de carne em outras regiões da colônia (Chambouleyron; Melo, 2013, p.173).

A partir desse estudo, é possível compreender que as guerras nessa região estavam motivadas também pelo fator da pecuária, e a recusa daqueles nativos em ceder pacificamente os territórios resultou na realização de guerras contra eles (Chambouleyron; Melo, 2013). É importante destacar que boa parte dos confrontos que ocorreram no Maranhão, foram também resultados de políticas administrativas locais motivadas pelo interesse dos governadores na conquista, do que em atender as demandas da Coroa.

Nesse panorama, seguindo as análises feitas por Chambouleyron e Melo (2013) percebemos o papel fundamental dos governadores no processo da conquista territorial. Mesmo depois do fim de seus governos, eles possibilitaram a articulação de guerras contra os nativos, visto que muitos ainda possuíam reconhecimento dentro da região, facilitando o início de confrontos por motivos pessoais. Em sua maioria, esses conflitos foram iniciados devido a “hostilidade” causada diretamente a alguma pessoa e/ou região importante.

Compreende-se que as guerras locais foram também motivadas pelas autoridades, que, para além do objetivo de expansão da Coroa, buscaram satisfazer seus próprios interesses na construção da sua dominação. Dessa forma, de acordo com Chambouleyron e Melo (2013, p.176)

As guerras contra os índios e a paz alcançada com eles não se explicam somente por determinações mais globais tanto da política indigenista portuguesa quanto da política de expansão do gado emanadas da Coroa. Há um componente de interesses pessoais e de conflitos internos que ajuda a entender o significado desses eventos no contexto específico do Estado do Maranhão e Pará. Desta maneira, no Estado do Maranhão e Pará, as guerras estavam igualmente associadas a diversos negócios construídos localmente.

Partindo para o outro ponto, a necessidade de mão de obra desencadeou uma série de conflitos na busca pela inserção de indígenas no trabalho. Nesse momento, apareceram as “guerras justas” como forma de obtenção de cativos legítimos, tendo como principal motivação as hostilidades cometidas, que iam desde rebeliões e levantamentos movidos

contra os moradores. Para realização dessa prática, o colonizador deveria provar sua inimizade com quem pretendia criar guerras, por isso descreviam “longamente a ‘fereza’, ‘crueldade’ e ‘barbaridade’ dos contrários, que nada nem ninguém pode trazer à razão ou à civilização” (Perrone-Moisés, 1992, p.125).

No Maranhão, para a obtenção da mão de obra escravizada, a prática das guerras justas virou um importante meio utilizado pelos moradores, como já observado. Apesar de que, a maioria dessas guerras foram motivadas por ações de defesa dos indígenas devido às medidas dos portugueses ou encaixadas no contexto de interesses dos agentes locais.

Com o passar do tempo, diversos foram as justificativas que fundamentaram a criação das guerras.

A lei de 1611 limita claramente a guerra justa aos casos em que o gentio se mostrasse hostil, movendo "guerra, rebelião e levantamento". A Carta Régia de 11/10/1707 para o Maranhão considera "muito conveniente que se faça guerra ao Gentio do Corço que tem feito tantas mortes e extorsões" (Perrone-Moisés, 1992, p.125).

Também, Farage (1991, p.29) apresentou ao longo de seus estudos, as outras modificações que ocorreram com o passar dos anos em torno da legitimidade das guerras.

Em 1653, o Estado declarava serem casos de guerra justa: quando os índios impedissem a pregação evangélica; deixassem de defender as vidas e propriedades dos colonos; estabelecessem alianças com os inimigos da Coroa; impedissem o comércio e a circulação dos colonos; se faltassem as obrigações que lhes foram impostas e aceitas nos princípios da conquista; se praticassem o canibalismo (Farage, 1991, p. 29).

Seguindo esse panorama, a lei de 1655 reduziu o número de casos de guerra estabelecendo legitimidade apenas quando os nativos desrespeitarem e impedissem a pregação do evangelho. Já em 1688, foi estabelecida guerra justa quando os nativos impedissem a propagação da fé, invadissem os estabelecimentos dos portugueses e atrapalhasse a circulação de missionários e colonos (Farage, 1991). Percebe-se que os motivos ligados aos confrontos iam de acordo com os interesses dos sujeitos colonizadores.

As guerras justas, também, ligavam-se aos religiosos por meio da expansão da fé, pois muitos missionários acreditavam na utilização da violência como forma de salvação da alma. Nesse cenário, muitos nativos rejeitavam essa “salvação” e evangelização católica proposta, rompendo suas relações com os colonos. É nesse sentido, que para se declarar guerras levava-se em consideração “a recusa à conversão, o impedimento da propagação da fé, a prática de hostilidades contra vassalos e aliados dos luso-brasileiros e a quebra de pactos celebrados eram motivos a considerar na declaração da justeza de uma guerra” (Domingues, 2000 *apud* Ferreira, 2017, p.116).

A partir de 1688, a coroa criou um alvará com o intuito de gerir esses conflitos, por meio desse documento estabeleceu os embates de forma ofensiva e defensiva. De acordo com Ferreira (2017) as guerras defensivas poderiam ser realizadas quando os indígenas inimigos invadissem as aldeias e terras do Estado do Maranhão e/ou impedissem os missionários de entrar nos sertões para expandir o evangelho. Já as guerras ofensivas seriam realizadas no momento em que os nativos inimigos invadissem os locais conquistados pelos portugueses e cometessem hostilidades graves. Com isso, cabia à Junta das Missões analisar os pedidos feitos pelos colonos em torno desses conflitos.

Dentro desse cenário, a maioria dos conflitos estavam voltados para o combate ao “gentio de corso”, ao longo das documentações é perceptível a necessidade constante dos portugueses em criar guerras contra esses indígenas. Entretanto, quem eram estes indivíduos e qual era o grande empecilho dos europeus com essas nações? De acordo com as análises de Melo (2011) o termo “gentio de corso” foi criado pelos portugueses para se referir aqueles que não se fixavam em nenhum território e que escolheram permanecer andantes sem se envolver com as medidas da igreja. Ainda, segundo Oliveira (2018) o termo corso estava relacionado ao ato de perseguir os inimigos pelo mar. Com base nessa questão, é possível entender qual era o problema com essa nação, visto que esses indivíduos não seguiam as normas dos missionários, permanecendo com seu modo de vida e, consequentemente, não inseridos nos mandos dos agentes colonizadores.

Seguindo a discussão feita por Oliveira (2018), é possível compreender que os portugueses em diversos momentos solicitaram ajuda a esses nativos de corso para combater outras nações que assombram os colonos do Maranhão. Se em determinado momento esses indígenas causavam problemas, em outros, os portugueses, sabendo do poder desse povo, formavam alianças para derrotar inimigos. Desse modo, percebemos que essa nomenclatura era utilizada de forma genérica referindo-se também a nativos aliados, como os Tapuias de corso.

Os nativos de corso, viviam próximos aos rios Mearim e Itapecuru, outro fator explicativo para denominação deles, e eram responsáveis por grandes destruições de fazendas e assaltos aos núcleos dos colonos. Nesse contexto, essas ações podem ser encaixadas como estratégias dos povos originários para combater a invasão portuguesa e manter seus padrões e sobrevivência em uma sociedade colonial marcada pelas ordens europeias, que os colocava às margens da sociedade como seres inferiores. Essas estratégias eram as famosas “hostilidades” que preocuparam os portugueses, sendo necessário mover guerras contra esses povos indígenas.

Para combater o avanço desses problemas, foram criadas as casas fortes com a presença de soldados nessas localidades. Contudo, essa medida não impediu que os nativos continuassem a invadir esses locais mostrando o seu poder, contrariando a ideia das autoridades.

Tudo indica que as casas fortes, ao contrário do que as autoridades pensavam, não mostraram quase nenhuma eficácia ao longo de todo esse tempo, pois não coibiram as investidas dos “índios de corso”, de maneira que foi necessário o envio de tropas de combate para as regiões em conflito. Essas tropas tinham em sua composição soldados brancos e indígenas aliados, que constituíam a maioria do efetivo militar dessas expedições (Oliveira, 2018, p.52).

Observa-se, o poder desses nativos naquele período, combatendo as medidas dos portugueses e seguindo de acordo com seus interesses, grande fator para inserção dos mesmos em conflitos por território. Além disso, esse processo, evidencia os desmandos dos colonos naquele momento, apresentando pontos importantes para o entendimento dos motivos que levaram os indígenas a guerrear constantemente ,cercando o cotidiano de guerras, que em sua grande maioria, trouxeram malefícios para aqueles povos tradicionais.

4.2 Os missionários e o doutrinação religioso

Dentro de toda a discussão sobre os povos indígenas no Estado do Maranhão, analisar como desenvolveu o contato deles, agora especificamente, com os missionários que estavam presentes naquela Capitania com o intuito de evangelizar, é de importância para se entender quais eram as percepções que alguns religiosos tinham e a prática da evangelização. Nessa perspectiva, os diversos padres que estavam na região tinham noções diferentes sobre esses povos e como já discutido tinham o intuito de mudar as tradições indígenas aproximando-os das europeias.

Os sistemas criados no período colonial, como os aldeamentos jesuítas são exemplos que se tem dessa interação entre nativos e missionários. Dentro desses espaços os religiosos agiam na desestruturação das práticas dos indígenas, como a antropofagia, e instauraram novos modelos culturais, principalmente uma nova religião. Essa conversão religiosa pretendida pelos missionários “irá tanto justificar a defesa de sua liberdade, contrapondo-se aos maus-tratos e abusos dos moradores, quanto também irá legitimar as ações bélicas como parte de uma guerra santa” (Oliveira, 2014, p.197).

A tarefa da conversão religiosa foi cercada de problemas, visto que muitos se recusaram a participar das variadas missões jesuítas e de aprender as novas medidas impostas, tornando a relação entre esses dois grupos cercada de complexidades. Os missionários buscavam trabalhar as principais práticas religiosas, mudando/inserindo

elementos nas suas tradições. Naquele período, os padres acreditavam que a administração dos principais sacramentos era o essencial para a concretização da ordem cristã pretendida.

Para eles, o batismo selou o fim do paganismo e confirmou a pertença definitiva dos índios à cristandade universal, além de sua integração em uma comunidade cristã local, construída conforme uma planta retilínea e ritmada pelo toque do sino; a confissão constituiu um meio para controlar, ao menos uma vez por ano, a conduta individual de cada índio, além de averiguar o grau de parentesco entre jovens nubentes ou orientar casais em vista da procriação e da vida familiar em concordância com os preceitos morais; o casamento cristão foi visto como a base para uma vida monogâmica e a constituição de famílias nucleares das quais sairia uma geração de índios cristãos “de nascença”; finalmente, o recebimento da extrema-unção, à beira da morte, foi a garantia de um índio ter alcançado a salvação prometida, confirmando, destarte, o sucesso da evangelização (Arenz; Matos, 2015, p.34).

Entre os missionários presentes no Estado do Maranhão destacam-se os padres Antônio Vieira e João Felipe Bettendorff, os dois escreveram sobre a convivência com os indígenas dentro da capitania e as suas missões, além de avaliar a vida dos nativos nos aldeamentos, mostrando os problemas que vão acontecendo ao longo dos anos. Também, esses foram importantes na criação de regimentos da forma em como se lidar com os povos originários.

Nesse contexto, o padre Antônio Vieira, sendo superior da Missão no Maranhão entre 1653 e 1661, criou “as bases para uma consolidação da presença da Companhia de Jesus mediante a obtenção do monopólio sobre os índios e a expansão da rede de missões no vale do Amazonas” (Arenz, 2014, p.72). Com o rápido aumento nos aldeamentos naquele período, Vieira desenvolveu os regimentos que serviriam para administração. Entre suas obras mais importantes para o entendimento das relações missionárias, destaca-se *A Visita*, escrita no final dos anos 1650 e “forma um conjunto de cinquenta parágrafos que dispõem tanto da disciplina dos missionários como do trato dos mesmos com os índios” (Arenz, 2014, p.72).

O conteúdo presente no documento aborda inicialmente a responsabilidade dos padres enfatizando a necessidade de observância das regras jesuíticas em meio a um contexto repleto de desafios e perigos iminentes, como as enfermidades. Posteriormente, os outros parágrafos vão se referir a administração espiritual, delineando a rotina dos indígenas com base nos fundamentos catequéticos. Também, são abordadas as diretrizes para a administração temporal, nas quais são explicitadas orientações relacionadas à justiça, distribuição de recursos e interações com as autoridades coloniais (Arenz, 2014).

Com base nesse documento, percebe-se que ele era fundamentado nos objetivos das missões, que sempre visavam a catequização dos povos tradicionais. Nesse escrito, Vieira expõe as medidas a serem adotadas naquelas práticas, destacando os principais aspectos que

serviam de base para a organização da administração temporal e espiritual. Conforme discutido, esses elementos cruciais transformaram os hábitos dos povos originários e introduziram as práticas europeias.

Vieira foi um dos padres jesuítas que mais escreveu cartas relatando os contatos com os povos tradicionais. Em muitos de seus escritos, ele expressa as condições das relações nos aldeamentos e a maneira como os nativos eram tratados pelos colonos. Um dos pontos que o padre mais comenta em suas cartas é a forma de se conduzir os indígenas. Além do que escreveu em “A Visita”, em muitos outros documentos, enviados aos senhores, ele relembra a forma de governar e a importância das missões para a salvação das almas dos indígenas (Arenz; Matos, 2015).

Além de Antônio Vieira, João Felipe Bettendorff foi outro padre que esteve presente e documentou amplamente seus encontros com os indígenas do Maranhão. Inicialmente, os escritos do padre exprimem o choque cultural que aconteceu nesse período, onde ele comenta sobre as peculiaridades daquele povo da terra e descreve como eles resistiram às novas medidas impostas, persistindo em suas antigas tradições. Um exemplo, é a carta de 1665, na qual Bettendorff descreve os anos iniciais de suas missões e o intenso choque cultural que vivenciou.

Fazendo um balanço de seus quatro primeiros anos na Missão, ele não esconde os choques culturais experimentados durante os contatos iniciais. Assim, ele chama os índios de “pouco interessados na doutrina e nas coisas sagradas, negligentes com respeito a Deus e à salvação, estúpidos, imbecis, brutos e quase que com uma tendência inata para a inércia e a imoralidade (Arenz; Matos, 2015, p.34).

Com base no relato do padre luxemburguês, percebe-se as noções em relação aos indígenas que, na maioria das vezes, repetia-se nas cartas coloniais enviadas para a Coroa. Nessa correspondência, Bettendorff expressou claramente suas indignações e frustrações ao constatar que os nativos não demonstravam interesse na missão de catequização.

Sob essa perspectiva, muitas cartas que circulavam no período colonial construíram a imagem do indígena selvagem, uma representação que se perpetuou na mentalidade dos europeus da época. Os relatos provenientes da região, utilizando expressões como rudes, bárbaros e feras, consolidaram essa visão em torno dos nativos, tal perspectiva permaneceu enraizada por muito tempo tanto na imaginação europeia quanto na historiografia.

A partir das experiências que Bettendorff vai adquirindo com o regimento das missões, ele começou a mudar suas visões sobre aqueles povos, em muitos casos ele relatou o contato com nativos e a negociação com alguns grupos. Através de suas cartas formou-se o conjunto documental “Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão” reunindo

os relatos do padre no território, mostrando as perspectivas de Bettendorff não somente sobre os indígenas, mas também sobre algumas questões que cercavam o mundo colonial.

Entender essas perspectivas presentes nas ideias e obras desses cronistas ajuda a pensar em como se encontrava a relação missionários/indígenas dentro dos aldeamentos, além de se entender as doutrinas impostas. Nesse panorama, é importante ressaltar que os nativos não estavam totalmente submissos a esses religiosos e suas práticas. Em muitos casos, a relação era extremamente complexa porque muitos recusaram-se a abandonar seus hábitos antigos e/ou procuravam formas de ressignificar as novas práticas inserindo elementos das suas tradições originárias.

Desta maneira, os religiosos em muitas situações tentaram estabelecer uma ligação com os costumes nativos. Nos dizeres de Arenz (2014, p.70) os missionários não negaram simplesmente as crenças e rituais indígenas, “ao contrário, trataram de estabelecer uma ortoprática cristã viável interpretada mediante um código transcultural que favorecesse ‘a comunicação não apenas religiosa’”. Nesse sentido, os missionários recorreram às coincidências entre as crenças, como no caso da alma.

Os nativos tinham suas crenças xamânicas sobre a figuração da alma, e, com base nisso, os cristãos difundiram práticas relacionadas à salvação da alma. Em muitos casos, os religiosos evocavam as punições do inferno e as recompensas do céu para fazer uma ligação com a prática de salvação. Ressaltar esses pontos é interessante para entender as variadas formas com que os missionários da Capitania do Maranhão tentaram integrar os indígenas ao projeto de doutrinação religioso.

Como já discutido, em 1680 a Coroa lançou outras leis modificando a situação dos nativos dentro do Maranhão e as novas ordens “simplesmente determinavam a total e irrestrita liberdade de todos os índios e a exclusividade da Companhia de Jesus nos descimentos e administração das aldeias de índios livres” (Chambouleyron; Bombardi, 2011, p.603). Dessa maneira, os missionários ficaram responsáveis por toda a organização dos povos originários, começando a estruturar cada vez mais seus contatos e aumentar a aplicação das novas medidas culturais.

Nos aldeamentos, os padres difundiam uma nova religião cristã e novas maneiras de se comportar, abandonando as imagens de selvagens e bárbaros e introduziram uma nova forma de comunicação. Nesse ponto, os missionários enfrentaram grande dificuldade, pois as linguagens dos indígenas eram totalmente diferentes das conhecidas. Em muitas situações, os religiosos recorriam aos nativos conhecidos como “falantes da Língua Geral” para que, misturados, conseguissem transmitir algo aos que tinham dificuldade de comunicação,

proporcionando algum entendimento das práticas ensinadas. Tal ponto gerou problemas, visto que as línguas lusitana e tupinambá pertenciam a universos culturais diferentes, resultando em traduções com significados distintos, o que dificultava a catequização.

Toda essa relação entre missionários e nativos desencadeou a indignação dos colonos, pois a obtenção da mão de obra escrava era dificultada, já que os jesuítas defendiam a liberdade indígena e lutavam contra a escravização. Enquanto os colonizadores se importavam com o trabalho e desenvolvimento da região, os religiosos pretendiam desenvolver socialmente e culturalmente os nativos. Tendo essa disputa em mente, os missionários insistiam no envio de escravizados africanos para o Maranhão.

Compreender essas análises é importante para que se entenda a relação dos religiosos com os indígenas do Estado e exemplificar como o cotidiano foi modificado através da propagação da fé. Além disso, observar as visões que eles tinham sobre esses indivíduos nos permite entender que a percepção de inferiores, bárbaros e feras surgiu também a partir dos relatos dos cronistas. Apesar dessa complexidade criada e da recusa dos nativos em aceitar pacificamente a religião cristã, os religiosos lutaram contra o cativeiro indígena e defendiam maneiras de garantir sua liberdade, administrada pelos próprios missionários.

4.3 Uma análise dos problemas e vulnerabilidades indígenas presentes nas narrativas coloniais

Baseado nas conjunturas analisadas anteriormente, percebemos que os povos originários do Estado do Maranhão passaram por várias condições que impactaram no seu cotidiano. Partindo dessa questão, serão analisadas nesse momento, as diversas abordagens sobre os esses indivíduos no Período Colonial.

A partir desse panorama, no Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania do Maranhão existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) encontram-se uma variada documentação que expõem a discussão dessas problemáticas dentro do Estado entre os anos de 1614 a 1750. A partir desses documentos, é possível comprovar os problemas e as vulnerabilidades em torno dos indígenas, exemplificando os pedidos e respostas envolvendo aqueles indivíduos na construção da Capitania. Esses documentos apresentam resumos e descrições de registros e correspondências oficiais, oferecendo um panorama detalhado das atividades governamentais e das interações no período.

Através da análise do catálogo, conseguimos fazer um levantamento sobre a quantidade de documentos enviados /recebidos pelo Estado do Maranhão entre os anos de

1614 a 1750. Dessa forma, a Tabela 1 reúne a quantidade de ementas referentes aos documentos que trazem em seu título justamente os problemas discutidos anteriormente.

Tabela 1 - As abordagens em torno dos indígenas entre os anos de 1614 e 1750 no Estado do Maranhão Colonial.

* Toda documentação encontrada, como Consulta, Carta Provisão, Carta, Decreto, Rol de Papéis, Requerimento, Aviso, Alvará, Carta Régia, Provisão, Auto de Devassa, Parecer, Ofício, Escrito, Nota e Informação, que possuem as temáticas citadas e que estão seguidas de uma referência relacionada aos indígenas.

PROBLEMAS E VULNERABILIDADES RELATIVOS À/DECORRENTES DE:	QUANTIDADE DE DOCUMENTOS*
Administração Indígena	34
Escravidão/Cativeiro	18
Liberdade Indígena	22
Guerras	27
Conversão Religiosa/Doutrinação	16

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania do Maranhão existentes no Arquivo Histórico Ultramarino.

A partir dos dados expostos, tem-se uma noção da quantidade de cada ocorrência e de como esses problemas foram aumentando com o passar dos anos. Ademais, será possível fazer uma análise minuciosa dos anos em que ocorreram envios de documentos envolvendo as temáticas e, ainda, observar os períodos em que os nativos mais tiveram problemas dentro desse universo colonial, sendo retratados nas narrativas.

É importante lembrar que a tabela reúne o número de documentos somente entre os anos de 1614 a 1750, havendo períodos em que se encontram poucos documentos sobre as temáticas mencionadas, devido à perda das documentações ao longo do tempo. Entretanto, esse problema não impede que o estudo faça a análise do crescimento em números sobre as abordagens em torno dos nativos e as narrativas que tramitaram entre Coroa e colônia. Observa-se que esses assuntos foram construídos a partir dos modelos europeus que se chocavam com os padrões culturais indígenas. Assim, percebe-se que há um grande número na quantidade de administração e guerras devido a não aceitação por partes dos dois grupos.

Partindo da análise desses números encontrados, retomamos a cada problemática, começando pela administração que se apresenta em maior número, evidenciando a discussão

sobre o crescimento exagerado desse problema dentro do Estado. A partir de 1710, o assunto dos descimentos começou a se apresentar com mais frequência nas ementas. Nesse sentido, em 1715 encontramos cerca de 10 documentos solicitando o descimento de indígenas, índice que só aumenta com a chegada de 1718 e a regulamentação feita pelo rei para os descimentos particulares.

Através dos dados levantados por Dias e Bombardi (2016), é possível observar que a partir de 1722, os números multiplicaram, chegando a cerca de 2.860 nativos solicitados e em 1728 cerca de 1.800, proporcionado justamente por essa regulamentação de 1718. No total, as autoras descreveram que cerca de 12.730 indivíduos foram solicitados para os descimentos naquele período. Tal perspectiva, foi observada nas análises feitas, visto que a partir de 1720 nas ementas há uma recorrência cada vez maior de solicitação para descimentos forçados ou não de casais de nativos.

Nessas solicitações, os números pedidos eram elevados chegando até mesmo a 200 casais de indígenas, solicitados pelos religiosos das Mercês¹⁶. Além desse, há o pedido de José de Melo e Sousa ao rei solicitando 60 casais para a sua capitania do Caeté¹⁷ e requerimento de outros senhores para o deslocamento de casais indígenas para o trabalho em seus engenhos ou outras localidades¹⁸. Em muitas documentações, os moradores utilizaram da miserável situação em que se encontrava o Estado, principalmente por causa dos surtos epidêmicos, para solicitar à Coroa trabalhadores.

Com relação aos resgates, o primeiro documento datado nas ementas está referenciado no ano de 1647, uma carta enviada ao rei pelo capelão francês Luís de Assunção¹⁹. Após esse ano, de 1654 até 1699 foi possível encontrar pelo menos 1 registro enviado explorando a temática. É importante lembrar, que essa prática foi uma das maneiras de administração utilizada pela Coroa que ganhou maior destaque a partir de 1742 com a suspensão dos descimentos.

Nas ementas analisadas, os resgates aparecem em diversos momentos ao longo dos anos sendo pauta nas solicitações. Entre os requerimentos que mais aparecem destacam-se os pedidos feitos pelos jesuítas para o resgate de cativos para trabalharem nos colégios jesuítas²⁰ e as consultas do Conselho Ultramarino sobre os pedidos de oficiais solicitando licenças para fazerem resgates²¹. Também, é possível identificar o problema dos resgates ilegais feito pelos

¹⁶ AHU_CU_009, Cx. 22, D. 2262

¹⁷ AHU_CU_009, Cx. 13, D. 1323.

¹⁸ AHU_CU_009, Cx. 10, D. 1083; AHU_CU_009, Cx. 12, D. 1232; AHU_CU_009, Cx. 15, D. 1555.

¹⁹ AHU_CU_009, Cx. 2, D. 209

²⁰ AHU_CU_009, Cx. 15, D. 1496

²¹ AHU_CU_009, Cx. 9, D. 973; AHU_CU_009, Cx. 10, D. 1032

moradores em desacordo com as ordens régias²², perspectiva que comprova a discussão feita anteriormente sobre as ações ilegais dos colonizadores em busca do seu próprio benefício.

Após 1742 o assunto dos resgates volta a ser frequente, apresentando-se pelo menos mais 5 vezes na documentação, visto que logo foi considerada ilegal em 1747. Nesse período de ilegalidade, ainda foram relatadas algumas práticas no local, mesmo que as documentações régias sobre a proibição já estivessem presentes na região. Tal ponto fica evidente com os documentos da consulta do Conselho sobre a recolha das tropas de resgates²³ e a carta do procurador da Coroa e da Fazenda proibindo o comércio de nativos²⁴.

Inserido ainda na lógica administrativa e com base nas discussões sobre a organização feita pelos missionários, foi possível encontrar algumas documentações enviadas ao rei com queixas sobre esses religiosos e seus métodos. Nesse sentido, em 1653, os padres da Companhia de Jesus começaram a administrar os indígenas e por meio de uma carta régia foi exigida a libertação imediata dos cativos, sendo motivo para os colonos se oporem fortemente aos jesuítas (Belloto, 1982).

A partir do ano de 1653 uma série de documentos foram enviados pela Coroa e pelos próprios jesuítas exigindo a entrega da administração para os religiosos. Toda essa exigência colaborou para que os missionários fossem expulsos em 1661, e uma carta enviada pelo governador do Maranhão para o Conselho Ultramarino confirma isso, relatando o motim criado pelos colonos e a expulsão dos jesuítas, sendo o principal fator os problemas na administração dos nativos²⁵. Entretanto, não demorou muito para que eles conseguissem voltar em 1686 e, nesse período, os problemas retornaram. Em muitos documentos os colonos faziam queixas sobre o modo como aqueles indivíduos administravam e repartiram os povos tradicionais²⁶ e acusavam a jurisdição temporal dos padres²⁷.

Nesse sentido, essa administração, como analisado anteriormente, seguia os objetivos dos agentes coloniais, sendo modificada constantemente à medida em que os interesses mudaram. Dessa forma, ao longo dos séculos as ordens da Coroa eram cercadas de dualidades em busca de tentar balancear os interesses dos moradores e dos missionários presentes no Maranhão, fazendo com que essa constante dualidade modificasse as formas como os nativos eram tratados.

²² AHU_CU_009, Cx. 7, D. 823

²³ AHU_CU_009, Cx. 30, D. 3098

²⁴ AHU_CU_009, Cx. 31, D. 3223

²⁵ AHU_CU_009, Cx. 4, D. 436

²⁶ AHU_CU_009, Cx. 7, D. 751; AHU_CU_009, Cx. 18, D. 1856.

²⁷ AHU_CU_009, Cx. 4, D. 472

Partindo para outra abordagem, as discussões sobre o processo de escravização dentro do Maranhão permanecem constante ao longo dos anos analisados. De acordo com o catálogo, esse problema aparece pela primeira vez em uma carta enviada pelo rei D. João ao governador do Estado, Francisco Coelho de Carvalho, em 1646, na qual ele discute a prática de antropofagia entre os nativos e a necessidade de alterar essa situação por meio da escravização²⁸. Além desse documento, muitos outros deixam claro como esse assunto foi discutido sendo permitido e considerado essencial para a construção da região.

Esse sistema de trabalho compulsório inseriu os indígenas nas séries de violência, obrigando-os a desenvolver um grande esforço para o crescimento dos senhores e da Metrópole. Ao longo da análise, percebemos que a maioria dos documentos presentes no acervo documental estavam voltados para o debate sobre o licenciamento desse cativo e quais maneiras eram aceitas para promover essa prática na região²⁹.

Vale ressaltar que encontramos um número baixo na documentação sobre escravização ilegal por parte dos moradores nos anos analisados, o que pode ser explicado por dois fatores: a perda documental ao longo dos anos; os desmandos coloniais em relatar ao rei sobre os problemas do cativo e as ilegalidades cometidas pelos moradores, visto que boa parte dos agentes coloniais estavam inseridos nessa prática ilícita.

A liberdade dos nativos é outro ponto bastante discutido nas documentações encontradas. Sobre essa temática, o primeiro ponto a se destacar é a forma como os senhores preferiam chamar aqueles indivíduos nos documentos.

Analizando os testamentos do século XVII, constata-se que os colonos usavam a palavra "livre" com pouca frequência quando se referiam à condição dos seus subalternos. Quase sempre empregavam o conceito de "forro", o qual sugeria que a condição natural dos índios seria servil e, que somente, graças à legislação que veio a intervir na questão indígena, de certa maneira alforriando os índios, estes gozavam de uma condição não-escrava (Monteiro, 1989, p.159).

Nesse sentido, analisando a documentação, boa parte dos escritos encontrados e que compõem o número listado na tabela, denominam os indígenas como forros. Uma pluralidade de cartas com assuntos diversos referiam-se aos indígenas livres sempre como forros, como a consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre o pedido feito pelo governador André Vidal de Negreiros para pagamento de "indígenas forros"³⁰.

²⁸ AHU_CU_009, Cx. 2, D. 198

²⁹ AHU_CU_009, Cx. 4, D. 421; AHU_CU_009, Cx. 4, D. 432; AHU_CU_009, Cx. 13, D. 1371; AHU_CU_009, Cx. 18, D. 1867

³⁰ AHU_CU_009, Cx. 4, D. 382.

Ademais, é comum encontrar inúmeros outros encaixados nessa temática³¹, comprovando a mentalidade dos colonos nesse momento de que os indígenas eram inferiores e naturalmente servos na sociedade. No entanto, a outra parte dos registros encontrados está acompanhada da palavra “liberdade” e em sua maioria são solicitações de missionários e/ou autoridades no Estado. Entre os mais importantes manuscritos está um decreto sobre a liberdade dos nativos da capitania do Maranhão e os direitos que lhes foram oferecidos³².

Após 1645 iniciou-se uma troca documental referente a liberdade nativa dentro do Maranhão³³ e a partir da década de 1710, foi possível observar que duas discussões sobre esse assunto foram iniciadas: a primeira em torno do respeito e conservação da liberdade dos indígenas dentro do Maranhão³⁴; a segunda sobre o trabalho desses indivíduos livres com os missionários³⁵.

Também, uma parte dessa documentação é composta por pedidos feitos a Coroa e governadores para o reconhecimento da liberdade dos povos originários. Nesse cenário, os registros evidenciam os pedidos feitos ao governador do Maranhão, levando em consideração o processo de análise que deveria ser feito na Junta das Missões, para a libertação de nativos. Entre os exemplos, têm-se os pedidos para liberdade das indígenas de Manuel Gaspar Neves feito em 1729³⁶ e a libertação de três nativas guaranés em 1730³⁷.

Outro ponto do levantamento, refere-se às guerras contra os povos tradicionais, consideradas justas aos indivíduos que fossem hostis. Nessa época, vários relatos sobre esses conflitos eram enviados ao rei e em muitos casos devido às hostilidades que os nativos vinham causando aos moradores. Dessa forma, observa-se que qualquer ação desses grupos contra determinada pessoa e/ou aldeamento, por menor que fosse, tornava-se necessária a guerra.

Com as ementas, encontramos um grande acervo documental com pedidos e informações para a Coroa sobre a guerra que deveria ser feita a determinada nação nativa. Dessa forma, foram reunidos um total de 27 documentos, dentre eles destacam-se: a análise feita pelo Conselho Ultramarino sobre a carta enviada pelo governador Cristóvão da Costa Freire informando sobre as hostilidades cometidas pelos indígenas do rio Mearim e

³¹ AHU_CU_009, Cx. 3, D. 348; AHU_CU_009, Cx. 5, D. 530; AHU_CU_009, Cx. 15, D. 1518; AHU_CU_009, Cx. 16, D. 1689; AHU_CU_009, Cx. 21, D. 2150; AHU_CU_009, Cx. 23, D. 2375; AHU_CU_009, Cx. 31, D. 3217.

³² AHU_CU_009, Cx. 4, D. 379.

³³ AHU_CU_009, Cx. 22, D. 2236; AHU_CU_009, Cx. 1, D. 81; AHU_CU_009, Cx. 2, D. 213; AHU_CU_009, Cx. 5, D. 569.

³⁴ AHU_CU_009, Cx. 23, D. 2333; AHU_CU_009, Cx. 15, D. 1518.

³⁵ AHU_CU_009, Cx. 18, D. 1819; AHU_CU_009, Cx. 10, D. 1053.

³⁶ AHU_CU_009, Cx. 17, D. 1724.

³⁷ AHU_CU_009, Cx. 18, D. 1835.

Itapecuru³⁸; a carta régia enviada pelo rei D. João V para o governador do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco, sobre a guerra que deveria ser feita aos nativos da zona rio Tocantins pelas hostilidades que estes têm promovido³⁹; a carta do ouvidor-geral do Maranhão, João da Cruz Dinis Pinheiro, ao rei D. José, as hostilidades que os povos guegués e timbiras tem feito aos moradores julgando necessário fazer-lhe guerras⁴⁰; a carta enviada pelo lugar-tenente Fernão Carrilho reclamando dos problemas enfrentados pelos compradores de açúcar e criadores de gado devido a presença dos indígenas de corso e como forma de solucionar o problema, propõe a guerra⁴¹.

Os registros encontrados no catálogo apresentam, ainda, uma série de cartas e ofícios enviados sobre as guerras iniciadas por governadores, dentre eles é possível destacar, André Vidal de Negreiro⁴², Bernardo Pereira de Berredo⁴³, Alexandre de Sousa Freire⁴⁴ e José da Serra⁴⁵. Todos esses governadores, apareceram pelo menos uma vez como os responsáveis por mandar fazer um conflito contra os nativos ao longo dos seus mandatos. Alguns outros documentos que tramitaram entre as autoridades traziam como discussão a importância de combater os indígenas de corso⁴⁶, as hostilidades causadas por aqueles indivíduos⁴⁷, as injustificadas guerras travadas contra os nativos⁴⁸ e as guerras realizadas pelos oficiais como forma de combater os indígenas de corso⁴⁹.

A conversão religiosa e a doutrinação são os dois últimos assuntos analisados nas documentações. Dentro dos aldeamentos missionários, os religiosos tinham o intuito de modificar as crenças e hábitos dos nativos. Nesse contexto, como já observamos, esses padres tinham grandes trabalhos, pois parte dos indivíduos, diversas vezes, recusaram-se a submissão a essas novas mudanças. É comum encontrar, diversos documentos enviados a Coroa relatando o tratamento dados a eles pelos missionários⁵⁰ e as dificuldades desses religiosos para catequizar os indígenas⁵¹.

³⁸ AHU_CU_009, Cx. 11, D. 1091.

³⁹ AHU_CU_009, Cx. 25, D. 2557.

⁴⁰ AHU_CU_009, Cx. 31, D. 3222.

⁴¹ AHU_CU_009, Cx. 10, D. 1004.

⁴² AHU_CU_009, Cx. 4, D. 384.

⁴³ AHU_CU_009, Cx. 13, D. 1296; AHU_CU_009, Cx. 13, D. 1297.

⁴⁴ AHU_CU_009, Cx. 17, D. 1799; AHU_CU_009, Cx. 19, D. 1956; AHU_CU_009, Cx. 19, D. 1983.

⁴⁵ AHU_CU_009, Cx. 20, D. 2079.

⁴⁶ AHU_CU_009, Cx. 6, D. 671.

⁴⁷ AHU_CU_009, Cx. 9, D. 969; AHU_CU_009, Cx. 11, D. 1092; AHU_CU_009, Cx. 13, D. 1316.

⁴⁸ AHU_CU_009, Cx. 8, D. 863

⁴⁹ AHU_CU_009, Cx. 8, D. 851; AHU_CU_009, Cx. 8, D. 862; AHU_CU_009, Cx. 12, D. 1213; AHU_CU_009, Cx. 13, D. 130; AHU_CU_009, Cx. 13, D. 1310.

⁵⁰ AHU_CU_009, Cx. 12, D. 1194.

⁵¹ AHU_CU_009, Cx. 2, D. 176.

Uma parte da documentação analisada confirma a participação dos missionários nas missões, realizando ações de conversão religiosa⁵². Em muitos outros, os religiosos solicitavam o apoio do rei para difundir seus trabalhos⁵³ e o próprio monarca, a partir da descoberta de novas regiões, enviava cartas às autoridades discutindo a conversão dos indígenas, como no caso da provisão enviada pelo rei D. João V ao governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão relatando a descobertas feitas ao longo do Mearim e a necessidade de criação de aldeamentos visando a catequização⁵⁴.

É justamente a partir dessas análises que conseguimos compreender as formas como esses europeus tratavam dos assuntos referentes aos nativos e, principalmente, estruturar os principais problemas que cercaram o universo colonial indígena. Através dessas ementas, foi possível observar a evolução dos assuntos com o passar dos anos, identificando os aumentos nos documentos enviados e os anos correspondentes, de acordo com as discussões feitas anteriormente.

Todos esses aspectos são de grande importância na análise de como se percebia os povos nativos naquela época, além de se entender como eles eram tratados, como eram organizados e quais práticas utilizavam-se nos contatos. Analisamos que a documentação em torno dos indígenas se amplia consideravelmente com o passar dos anos e, em sua maioria, reforçam a importância das mudanças administrativas, da escravização e das guerras para manutenção da sociedade colonial, cercando os povos tradicionais de vulnerabilidades e malefícios.

⁵² AHU_CU_009, Cx. 1, D. 19; AHU_CU_009, Cx. 2, D. 162; AHU_CU_009, Cx. 4, D. 413.

⁵³ AHU_CU_009, Cx. 3, D. 325.

⁵⁴ AHU_CU_009, Cx. 31, D. 3200.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões apresentadas, foi possível identificar quais eram os principais problemas que cercavam a vida dos nativos no período colonial do Maranhão. Percebemos, que as relações de contato com os estrangeiros colocaram os indígenas em condições insatisfatórias, essas mudanças iam desde a organização do trabalho, a administração do território e a imposição religiosa que em um pacote só desestruturou o modo de vida ao qual as populações estavam acostumadas. Desse modo, observa-se sob diversas perspectivas, a desarticulação cultural dos povos nativos.

Ao longo dessa pesquisa, observamos que a ideia das diferenças nos padrões culturais estão assentadas em narrativas cujos padrões dos portugueses são tidos como superiores. Da mesma forma, os valores considerados bons para os portugueses não eram os mesmos encontrados entre os povos tradicionais. Essa percepção fica clara ao observar os discursos da época e as visões que se perpetuaram sobre os nativos na historiografia. Ainda, esse aspecto torna-se evidente quando discutimos as percepções dos missionários e moradores colonizadores, que, frustrados com os nativos, faziam queixas sobre seus modos de vida. Diante dessas narrativas, os moradores defendiam a necessidade de mudanças na cultura desses indivíduos, aproximando-os e impondo-lhes os padrões europeus.

Entendemos que a administração, a escravização, as guerras e o doutrinação religioso foram fatores determinantes para o surgimento de problemas e vulnerabilidades experimentadas pelos indígenas. Essas condições promoveram profundas mudanças de hábitos e costumes devido às imposições dos missionários e da Coroa. A partir dos descimentos e resgates privados, a mão de obra indígena foi largamente explorada, e os novos povoadores submeteram intensivamente os nativos a seus sistemas de trabalho compulsório, resultando em uma modificação significativa na forma como viviam antes dos encontros.

Com o estudo, também foi possível compreender um pouco sobre a condição de pauperização presente dentro do Estado do Maranhão Colonial. Nesse sentido, é possível entender que a pobreza do local se tratava de um problema humano e não necessariamente da terra, como se tem ideia. Além disso, a noção sobre o Estado, estava intimamente ligada à falta de moradores, a falta de interesse em cultivar suas próprias terras, a economia limitada baseada nas drogas do sertão, a produção agrícola restrita e as poucas relações com outras capitanias vizinhas. No entanto, o avanço dos estudos historiográficos nos possibilitou compreender que algumas dessas justificativas devem ser repensadas.

Ainda, com base no catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania do Maranhão existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, foi possível comprovar

os assuntos que envolveram os povos tradicionais do local ao longo dos séculos XVII e XVIII, reforçando os pontos ressaltados no estudo e contribui para uma identificação na quantidade de documentação enviada e recebida. Dessa forma, compreendemos as vulnerabilidades enfrentadas pelos nativos, bem como as ações das autoridades da época e dos próprios indígenas em torno dessas questões. Os índices presentes na tabela 1 permitiram entender como esses assuntos eram corriqueiros naquele momento e quais eram as principais medidas adotadas para sua solução.

Finalizando, a ideia de superioridade cultural dos europeus foi determinante para a inserção dos nativos a um quadro de marginalizados na sociedade colonial, tendo todas as suas características subjugadas a essa concepção. Observou-se que, apesar de enfrentarem esses problemas, os povos nativos resistiram e agiram de acordo com seus interesses, dificultando a maioria do processo iniciado pelos colonizadores. Com base nisso, não só tornaram difícil a expansão de tomada dos seus territórios, como também iniciaram confrontos com os europeus em busca da preservação de suas terras e direitos, além de formarem aliança contra inimigos em comum.

REFERÊNCIAS

FONTE

Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos relativos ao Maranhão existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (1614 – 1750).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol.37, n.75, p.17-38. maio. 2017.

ARENZ, Karl Heinz. Além das doutrinas e rotinas: índios e missionários nos aldeamentos jesuítas da Amazônia portuguesa (séculos XVII-XVIII). **Revista História e Cultura**, Franca, v. 3, n. 2, p. 63-88, 2014.

ARENZ, Karl Heinz; MATOS, Frederik Luiz. “Fazer sair das selvas”: índios e missionários na Amazônia (século XVII). **Boletim Tempo Presente**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 29-49, 2015.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Trabalho indígena, regalismo e colonização no Estado do Maranhão nos séculos XVII e XVIII. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 177-192, set. 1982.

BICALHO, Poliene S.S. **Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970- 2009)**, 2010, 468 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BOMBARDI, Fernanda; PRADO, Luma. Ações de liberdade de índias e índios escravizados no Estado do Maranhão e Grão-Pará, primeira metade do século XVIII. **Brasiliana**. São Paulo, vol. 3, n. 1, pp. 174-199. nov. 2016.

CARVALHO, Almir Diniz de. Índios cristãos no cotidiano das colônias do norte (séculos XVII e XVIII). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, pp. 69-99. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i168p69-99>. Acesso em: 13 maio. 2024.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Relatório de estágio de pós-doutorado: História Indígena no Brasil: historiografia, crítica decolonial e perspectivas contemporâneas**. 2019. Relatório (Pós-Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. **“Para aumento da Conquista e bom governo dos moradores”**: o papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). Niterói, 2011. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2011.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. Pobreza e Historiografia: Notas de pesquisa. **Anais do I-Encontro-Estadual-Habitat-Urbano-e-Rural-no-Maranhão**. 2017. p. 4 - 12.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; VALE, Edilene Pereira. SOB LEIS E REGIMENTOS: Os índios e a prestação de serviços no Maranhão e Grão-Pará (1640- 1660). In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH: Conhecimento Histórico e Diálogo Social**, 2013, Natal – RN.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma história indígena. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Ed.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.9-24.

CHAMBOULEYRON, Rafael et al. ‘Formidável contágio’: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, n.4, out./dez. p.987-1004, 2011.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Opulência e Miséria na Amazônia Seiscentista”. In: **Raízes da Amazônia. Min. Da Ciência e Tecnologia- IMPA**. Manaus: Vol. I, ano. I nº. 1, p. 107-124, jun. 2005.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Açai/PPHIST/CMA, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Duplicados Clamores: queixas e rebeliões na Amazônia colonial (século XVII). **Projeto História**, São Paulo, n. 33, p. 159-178, dez. 2006.

CHAMBOULEYRON, Rafael; BOMBARDI, Fernanda Aires. Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 601-623, jul/dez. 2011.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 167–200, 2013.

DIAS, C. L.; BOMBARDI, F. A. O Que Dizem As Licenças? Flexibilização Da Legislação E Recrutamento Particular De Trabalhadores Indígenas No Estado Do Maranhão (1680-1755). **Revista de História (São Paulo)**, n. 175, p. 249–280, jul. 2016.

DIAS, C. L.; BOMBARDI, F. A.; COSTA, E, G. Dimensão da população indígena incorporada ao Estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1680 e 1750: uma ordem de grandeza. **Revista de História**, n. 179, p. 1-40, 2020.

FARIA, Regina Helena Martins de “Repensando a pobreza do Maranhão (1616-1755): Uma discussão preliminar”. **Ciências Humanas em Revista/Universidade Federal do Maranhão**. Centro Ciências Humanas- São Luís, V.1 n.1, p. 8-20. Abr. 2003.

FARAGE, Nadia. **As muralhas dos Sertões – Os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: ANPOCS, 1991.

FERREIRA, André Luís Bezerra. **Nas Malhas Das Liberdades: o Tribunal da Junta das Missões e o governo dos índios na Capitania do Maranhão (1720-1757)**, 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira Metade do século XVIII)**. 2011. 157f. Dissertação (Mestrado de História). Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da S.; GRUPIONI, Luís D. Benzi (Ed.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus**. Brasília: MEC; Mari; Unesco, 1995. p.221-228.

MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista Brasileira de História** [online]. 2010, v. 30, n. 59. p. 53-72. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882010000100004>. Acesso em: 06 mai. 2024.

OLIVEIRA, José Domingos Alves de. **Conflitos e resistência no Maranhão Colonial: O índio de corso como obstáculo a colonização**. 2018. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (História Bacharelado) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: João Luís Ribeiro Fragoso, Maria de Fátima Gouvea. (Org.). **O Brasil colonial. 1ed**. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2014, v. 1, p. 167-228.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Terras indígenas na legislação colonial. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 95, p. 107-120, 2000.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e Índios Escravos: os princípios da legislação no período colonial (séculos XVI e XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**, 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Educação: Fapesp, 1992. p. 115-132.

PÉCORA, Alcir. A escravidão nos sermões do Padre Antonio Vieira. **Estudos Avançados** [online]. 2019, v. 33, n. 97, pp. 151-170. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3397.009>. Acesso em: 03 abr. 2024.

PELEGRINO, Alexandre de Carvalho. O tráfico de escravos indígenas no Estado do Maranhão: uma análise quantitativa (1689 -1701). In: **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-RJ: Saberes e Práticas Científicas**, 2014. Rio de Janeiro - RJ.

SOUSA, James O. Mão de obra indígena na Amazônia Colonial. **Em Tempo de Histórias**, nº. 6. Brasília, p. 1-18, 2002.

SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2000. p. 262.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.